

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA**

**O NEGRO NO COMPLEXO CHARQUEADOR PELOTENSE:
AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA ELABORADAS PELOS ESCRAVOS
NA ZONA FABRIS CHARQUEADORA DO FINAL DO SÉCULO XVII ATÉ
MEADOS DO SÉCULO XIX (1780 A 1870)**

JULIA PAOLA PANDOLFO

Taquara

2014

JULIA PAOLA PANDOLFO

**O NEGRO NO COMPLEXO CHARQUEADOR PELOTENSE:
AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA ELABORADAS PELOS ESCRAVOS
NA ZONA FABRIS CHARQUEADORA DO FINAL DO SÉCULO XVII ATÉ
MEADOS DO SÉCULO XIX (1780 A 1870)**

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de História das Faculdades
Integradas de Taquara, como requisito
parcial para obtenção do grau de
Licenciatura sob orientação da Prof.^a Dra.
Dóris Rejane Fernandes

Taquara

2014

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela vida, saúde e coragem durante toda esta longa caminhada.

Agradeço, também, a todos os professores que me acompanharam durante a graduação. A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

Em especial, à minha orientadora Prof.^a Dra. Dóris Rejane Fernandes, responsável pela realização deste trabalho, pela paciência na orientação, compreensão e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

Agradeço a todos que estiveram presentes em minha trajetória acadêmica que de alguma forma me apoiaram.

Agradeço à minha amada mãe, Lori Valia Voltz, heroína, que me deu apoio e incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço. Seu amor incondicional sempre me encorajou e nunca deixou que eu desistisse dessa graduação.

Aos meus familiares, agradeço pela força e carinho. Também pela compreensão dos meus distanciamentos e todas as renúncias que precisei fazer.

Valeu a pena esperar... Hoje estamos colhendo, juntos, os frutos desse empenho!

CHARQUEADA¹ (Oliveira Silveira)

- Os negros estão despídos
senhora pelotense
trabalhando no sol.

- Os negros estão desnudos
senhora pelotense
trabalhando no sal.

Eles vieram de longe
de campos tão distantes
repointados pela estrada
com seus mugidos fundos
brancos homens de preto a tocá-los
e um ponteiro a chamar: Venha, venha!

Eles vieram
poleangos assim
e foram embretados
e passaram por todas as facas
pelo sal
pelo sol
senhora pelotense
e chegaram a pretos velhos
com marcas na pele
na carne
na alma
senhora pelotense
charqueados.

¹ BERND, Z.; BAKOS, M. *O negro: consciência e trabalho*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p.57.

RESUMO

Este trabalho privilegia o cenário escravista gaúcho e o conjunto de concepções que forjaram as manifestações e comportamentos sociais de senhores de escravos e negros escravizados. Delimitada nas estratégias de resistência elaboradas pelo escravo nas unidades produtivas do complexo charqueador pelotense oitocentista. Com o aporte da Pesquisa Regional, rompemos os estereótipos historiográficos que enfatizam aspectos que não são contemplados num espaço maior, pois ao descortinarmos o ambiente onde os escravos trabalhavam e tentavam sobreviver, visualizamos o elemento servil nos estabelecimentos considerados literalmente marginais, e que por isso, são contrários dos espaços monumentais. O conjunto charqueador pelotense consolidou o sistema escravista na região sul e promoveu a expansão econômica da província, com a exploração da fabricação da carne seca salgada e o couro. Apresentamos as estruturas de poder que determinaram e regularam as relações entre senhores e escravos para compreender os métodos socializadores e o aparelho de dominação senhorial que permitiam a conservação e reprodução das relações escravistas, para identificar as formas de resistência praticadas pelos escravos, na tentativa de modificar sua condição dentro do sistema escravista. A escravidão instituiu a desigualdade social e étnica, definiu condutas e moldou um sistema de exploração econômica de classe. Esses escravos foram algo mais do que uma categoria biológica, definidos pela sua cor, foram sujeitos sociais ativos e tiveram suas vidas modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um contexto histórico no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder. Suas manifestações contra a instituição servil compreenderam as lutas, as reivindicações e as negociações que orientaram a relação entre senhores e escravos compondo a atmosfera da sociedade pelotense oitocentista.

Palavras-chave: Escravo. Charqueadas pelotenses. Estratégias de resistência.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Vacaria do Mar | 33 |
| Figura 2 - Localização aproximada das sesmarias do Monte Bonito, Pelotas e Real Feitoria do Linho Cânhamo | 43 |
| Figura 3 - Localização das charqueadas da margem esquerda do arroio Pelotas e de seus respectivos passos | 46 |
| Figura 4 - Foto de uma charqueada na costa do arroio Pelotas, presumivelmente a de Emílio Nunes | 50 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 08 |
| 2 O ESCRAVO NO BRASIL COLONIAL | 16 |
| 2.1 A legitimação da escravidão | 16 |
| 2.2 A dependência da mão de obra escravizada | 21 |
| 2.3 O comércio de escravos | 24 |
| 2.4 A mercadoria negra | 27 |
| 3 O ESCRAVO NO RIO GRANDE DO SUL OITOCENTISTA | 32 |
| 3.1 A formação do Rio Grande de São Pedro | 32 |
| 3.2 A mão de obra escrava rio-grandense | 37 |
| 3.3 As charqueadas e a mão de obra escrava | 39 |
| 4 A CHARQUEADA PELOTENSE OITOCENTISTA | 43 |
| 4.1 Pelotas, a São Francisco oitocentista | 43 |
| 4.2 O núcleo charqueador pelotense | 45 |
| 5 A RESISTÊNCIA ESCRAVA NAS CHARQUEADAS PELOTENSE | 52 |
| 5.1 A repressão senhorial | 53 |
| 5.2 Quilombo: unidade básica de resistência | 55 |
| 5.3 Outras formas de resistência a instituição servil | 57 |
| CONCLUSÃO | 61 |
| REFERÊNCIAS | 64 |

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia privilegia o cenário escravista gaúcho e o conjunto de concepções que forjaram as manifestações e comportamentos sociais de senhores de escravos e negros escravizados, nas unidades produtivas do complexo charqueador pelotense, delimitado nas estratégias de resistência elaboradas pelo escravo na zona fabril charqueadora do final do XVIII até setenta anos do século XIX (1780 a 1870).

Considerando esse contexto, buscamos as contribuições teóricas da História Regional, que se apresenta como instrumento de construção historiográfica ao salientar a necessidade de pesquisar um determinado espaço e contexto, tomando-o como delimitação para o objeto de estudo.

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar (BARROS, 2004, p.152).

Conforme Barros afirma, a temática regional aborda o recorte de um determinado espaço a ser estudado. O foco da pesquisa é o estudo em particular deste espaço recortado, ou das relações sociais que se compõem nesse contexto delimitado. Independente de se elaborarem comparações com outros espaços semelhantes ou mesmo sua introdução num espaço maior. O trabalho regional foi usado como embasamento para nossa pesquisa, pois nos permite uma nova perspectiva de análise ao privilegiarmos como recorte a história do Rio Grande do Sul e do escravo negro nas charqueadas pelotenses. Dessa forma, nos identificamos com as contribuições de Barros (2004) e escolhemos romper com os estereótipos historiográficos que enfatizam aspectos que não seriam contemplados num espaço maior, pois ao descortinarmos o ambiente onde os escravos trabalhavam e tentavam sobreviver, nas charqueadas de Pelotas, no Rio Grande do Sul, voltamos nosso olhar para o trabalhador servil nos estabelecimentos considerados literalmente marginais e que, por isso, são contrários aos espaços monumentais. Essa concepção historiográfica configura um espaço de construção e reflexão crítica da realidade social, possibilitando o estudo de realidades mais próximas das relações sociais.

Na pesquisa regional, é possível vislumbrar o que está implícito, as situações singulares sobre a vida das pessoas, simples, no seu cotidiano, e suas relações sociais. Nessa monografia, o conjunto das manifestações elaboradas pelos escravos africanos contra a instituição servil nos revela as lutas, as reivindicações e as negociações que orientaram as complexas relações entre senhores de escravos e escravizados, compondo o universo de relações tecidas na sociedade colonial pelotense. Essa trajetória e relato foram nos acrescentando detalhes, preenchendo lacunas, lançando novas perspectivas que possibilitaram a realização de releituras que partem de um panorama regional, relacionando-o com o contexto mais amplo ou geral. “O recorte da região precisa levar em conta a totalidade do espaço e definir o nível em que se fracionará o espaço (o problema da escala) bem como as variáveis que presidirão o fracionamento do espaço” (MARTINS, 2009, p.144).

Tomando o regional como objeto de estudo, é possível construir uma história plural, incorporando sem nenhum preconceito os fenômenos históricos da região pelotense oitocentista, dos personagens comuns ou excluídos e compreender as redes de relações e dinâmicas próprias da região. Evidenciando as peculiaridades, o concreto, o cotidiano, o diferente, o específico, o próprio e as multiplicidades, aproximou, nessa monografia, o objeto de estudo, rompendo em partes com algumas concepções tradicionais, como acontece na História Oficial.

História Regional é aquela que toma o espaço como terreno de estudo, que enxerga as dinâmicas no espaço e através do espaço, obrigando o historiador a lidar com processos de diferenciação de áreas. A História regional é a que vê o lugar, a região e o território como a natureza da sociedade e da história, e não apenas como o palco imóvel onde a vida acontece (MARTINS, 2009, p.143).

Diante do exposto, a História Regional contribuiu para a reflexão, pelo seu abundante conteúdo histórico, que permite uma série de correlações dentro desse campo de pesquisa historiográfica, observando o que está implícito, as semelhanças e diferenças, continuidades e rupturas. Nesse trabalho, descortinaremos o comportamento do escravo, que, diante das adversidades enfrentadas no seu cotidiano, não permaneceu passivo, nem mesmo no emaranhado das lutas que determinaram a dinâmica de convívio na sociedade pelotense oitocentista. Esse enfoque permitiu compreendermos a veiculação de valores, embate entre tradicional e moderno, conformismo e individualismo, visualizarmos as transgressões,

desconfortos, questões econômicas, circunstâncias culturais, características religiosas e políticas e aspectos da sociedade. Pensando as questões singulares, a partir da nossa óptica, foram criadas conexões de sentido básico, por meio da interpretação das informações obtidas, que pressupõe a formação social brasileira através da trajetória do escravo africano no contexto oitocentista. Esclarecemos que não consideramos aspectos de maior relevância ou de exclusão para trilharmos tal caminho. Somente descortinamos o itinerário desses negros anônimos silenciados na historiografia tradicional, acompanhamos suas lutas, reivindicações e negociações contra a instituição servil e seguimos revelando a marcha negra e suas contribuições em diversos poros da sociedade colonial brasileira e em especial na região sul. Privilegiamos a participação do escravo como força dinâmica como personagem que contribuiu ativamente no processo histórico, em contradição com a visão do escravo como elemento dócil e passivo do processo social.

Essa monografia é o resultado de uma revisão bibliográfica que constituiu o embasamento teórico, amparado nos resultados do levantamento de dados que foram reunidos acerca do contexto escravista do Rio Grande do Sul oitocentista, resultado de uma abordagem qualitativa descritiva, em que os dados são mais reduzidos e os instrumentos de coleta não são estruturados. Sendo assim, a amostra reduzida desse estudo é o contexto histórico do universo charqueador pelotense oitocentista que consolidou o sistema escravista na região sul, ao utilizar o escravo como mão de obra no processo de produção da manufatura da carne salgada.

Esse sujeito, que foi peça fundamental da economia escravocrata brasileira e personagem fundamental do nosso trabalho, pode ser definido, segundo Cardoso (1990), por três características principais: 1) sua pessoa é propriedade de outro homem; 2) sua vontade está subordinada à autoridade do seu dono; 3) seu trabalho é obtido mediante coação. Ou seja, essas atribuições transformaram o escravo em uma coisa, pois sua condição é hereditária e como mercadoria de outra pessoa, pode ser vendido, doado, alugado, emprestado, confiscado, entre outros.

Revelar o papel desse escravo africano na história do Rio Grande do Sul requer a compreensão do escravismo na dinâmica sociedade colonial brasileira, que configurou por mais de três séculos a forma de organização do trabalho na América portuguesa. O conjunto charqueador pelotense é o recorte legal da aplicação do sistema escravista na região sul, onde o trabalho compulsório do negro foi largamente utilizado como mão de obra escrava no processo de produção de charque.

Uma vez que a escravidão desenvolveu um comércio que predominou e se caracterizou como força produtiva e econômica a partir do século XV, os escravos vindos da costa africana tornaram-se a principal mão de obra na montagem da economia colonial brasileira. O modelo agroexportador, baseado na acumulação fundiária e no trabalho servil, foi organizado para atender os interesses da sua metrópole portuguesa.

Essa produção colonial escravista instituiu o negro africano como instrumento necessário para atender à crescente procura de mão de obra na economia colonial brasileira. Com isso, o tráfico de escravos abasteceu os grandes importadores no Brasil e a demanda das significativas propriedades escravistas agroexportadores e uma série de produções voltadas para o mercado interno.

Nesse sentido, o presente trabalho revela o contexto da produção charqueadora escravista que promoveu a expansão da economia oitocentista da província de São Pedro do Rio Grande, onde, em 1700, a exploração da fabricação da carne seca salgada e o couro representavam importante ramo dos negócios gaúchos, introduzindo em larga escala o escravo no Rio Grande do Sul. Nessa região, Pelotas e Rio Grande formaram os principais centros populacionais ligados ao setor charqueador.

Conforme Maestri (1993), no território gaúcho, o poder de mando e desmando senhorial, o sentimento de propriedade e posse a respeito das coisas que envolvem suas terras, quem nelas habita e seus costumes justificavam a exploração, a humilhação, a opressão, os abusos e os estigmas étnicos contra os negros. Considerando esse quadro, perguntamos acerca das possibilidades dos escravos terem organizado alguma forma de resistência na tentativa de modificar sua condição dentro do sistema produtivo escravista pelotense.

O presente trabalho tem como objetivo analisar essas complexas relações escravistas de produção, tecidas pela sociedade charqueadora pelotense, revelando a organização das unidades produtivas charqueadoras e o universo dos trabalhadores escravizados; descrevendo as estruturas de poder que determinaram e regularam as relações entre senhores e escravos; compreendendo os métodos socializadores usados pelos senhores para moldar o comportamento de seus escravos; e conhecendo e entendendo o aparelho de dominação senhorial que permitia a conservação e reprodução das relações escravistas, para identificar as forma de

resistência, praticadas pelos escravos, na tentativa de modificar a sua condição dentro do sistema escravista sulino.

O conjunto das manifestações elaboradas pelos cativos, contra a instituição servil, compreendeu as lutas, reivindicações e negociações que orientaram as complexas relações entre senhores de escravos e escravizados, compondo a atmosfera de convívio da sociedade colonial pelotense. Segundo Vainfas (2000), a escravidão instituiu a desigualdade social e étnica, definiu condutas e moldou um sistema de exploração econômica de classe, em que o cativo ocupava o grupo mais oprimido dessa organização, sendo tratados pela via da violência e da descaracterização de sua humanidade ou de sua dignidade, sofrendo castigos violentos, preventivos e punitivos.

O resgate do contexto histórico das condições dos escravos negros gaúchos contribui para identificar e expandir nossa compreensão sobre esse recorte do passado, para incrementar o conhecimento histórico sobre o afro-brasileiro e reconstruir as complexas relações forjadas entre classes sociais e ou grupos étnicos da sociedade escravista colonial brasileira. Esse personagem é aqui entendido como o sujeito histórico que abre a janela para o passado e revela os abusos de uma etnia sobre a outra.

Os escravos eram uma força de trabalho, e os trabalhos forçados prestados a outros orientavam praticamente todos os aspectos de sua situação. Discutir a vida dos escravos sem reconhecer essa realidade é um exercício de fantasia etnográfica (SCHWARTZ, 2001, p. 89).

Schwartz corrobora com nossa temática, ressaltando a importância do estudo do cotidiano do escravo, em conformidade com o nosso cenário educacional, que faz referência à obrigatoriedade do ensino da história dos africanos e afrodescendentes no contexto da história brasileira. Em decorrência da Lei nº. 10639/03, que alterou a LDB e estabeleceu um viés na educação de equiparar e reconhecer a bravura e importância que os africanos e afrodescendentes tiveram na construção da sociedade e da história brasileira.

Olhar para o contexto social dos escravos gaúchos também é refletir o papel desse cativo e suas manifestações de resistência às estruturas do sistema escravista a eles impostas. Buscamos, nas palavras de Carvvalho (2010), a reflexão sobre o sentido da palavra resistência, essência da nossa pesquisa:

Logo, o significado da resistência negra deve ser compreendido a partir da desconstrução de concepções estáticas e polarizadas, dando ênfase a reelaborações e reinvenções. O olhar deve ser deslocado para o cotidiano, tensões, conflitos, sociabilidades, protestos, lutas e relações sociais complexas que envolveram senhores e escravizados, para não cairmos em um entendimento genérico sobre o significado da cultura de resistência (CARVALHO, 2010, p.2).

Para melhor compreendermos o sentido que a palavra resistência adquire em nosso trabalho, buscamos em dois dicionários online de Língua Portuguesa seu significado:

Qualidade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo. Aptidão para suportar a fadiga, a fome, o esforço: soldados que têm resistência. Defesa contra um ataque: opor forte resistência a assaltantes. Oposição, reação, recusa de submissão à vontade de outrem: obedecer sem resistência. Força que se opõe ao movimento; inércia (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2014).

Uma segunda fonte diz que resistência é: “1.Força por meio da qual um corpo reage contra a ação de outro corpo. 2. Defesa contra o ataque. 3. Oposição. 4. Delito que comete aquele que não obedece à intimação da autoridade¹”. Sobre esse assunto, Gorender (1988) contribui dizendo que é no escravismo que a oposição ao trabalho, imposto pelo explorador, se manifesta mais do que em qualquer outro modo de produção. Considerando esses conceitos, a resistência cativa contra a instituição servil deve ser compreendida como um conjunto elaborado e manifestado pelos escravizados na construção das suas visões de liberdade e na reinvenção de estratégias contra a opressão, em que a oposição ao próprio trabalho aparece como uma das formas de manifestação.

A dominação pessoal, os castigos e punições no cotidiano dos cativos promoveram diversas formas de reações, durante os séculos, pois os escravos jamais se acomodaram. Cardoso (1990) aponta que a fuga, a resistência e a revolta foram, desde o início, inseparáveis da escravidão, incluindo, nessa explanação, a própria escravidão indígena no século XVI. Uma vez que o processo produtivo do Brasil colônia e a relação entre senhor e escravo estiveram baseados no controle social e violência, sendo esse um dos aspectos fundamentais da escravidão.

1 *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* - 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/resist%C3%Aancia>>. Acesso em 13 set. 2014, 07h12min.

O estudo do contexto sociocultural e econômico do Brasil colonial oitocentista resgata o papel do escravo no Rio Grande do Sul, destacando suas ações, particularidades, suas dificuldades, suas atribuições e principalmente buscou a compreensão das estratégias de resistência ao regime escravocrata sulina. Refletiu-se acerca do comportamento do escravo, que, diante das adversidades enfrentadas no seu cotidiano, não permaneceu passivo, nem mesmo no emaranhado das lutas que determinaram a dinâmica de convívio dessa sociedade.

O presente trabalho apresenta a atmosfera escravista gaúcha e o cotidiano da sociedade pelotense oitocentista, demonstrando as complexas relações que se estabeleceram nesse cenário. A interação entre senhores de escravos e escravizados, nas unidades produtivas charqueadoras, revelando as formas de resistência manifestadas por esta mercadoria, ao tentar modificar sua condição dentro do sistema escravista.

O negro não aceitou sua situação no sistema escravista e reagiu contra sua condição de mercadoria e objeto. E este é o objetivo desta monografia, que está composta de cinco capítulos: a primeira parte apresenta uma breve introdução sobre a presença do escravo africano no Brasil colonial e imperial. No segundo capítulo, “O escravo no Brasil colonial”, apresenta-se a trajetória do escravo, desde sua captura na África e seu comércio nos portos brasileiros, até seu uso incessante como mercadoria e força de trabalho nos diversos setores da economia nos trópicos.

O terceiro capítulo discorre sobre a marcha escrava no Rio Grande do Sul oitocentista, apresentando alguns aspectos da ocupação e organização da região nesse período, privilegiando o cenário gaúcho em que o escravo foi empregado.

A localização, instalações e funcionamento das unidades produtivas dedicadas à manufatura da carne salgada, que introduziu o escravo em grande número ao extremo sul brasileiro, é o tema abordado no quarto capítulo, de título “A charqueada pelotense oitocentista”.

Para finalizar, o quinto capítulo, sobre “A resistência escrava nas charqueadas pelotenses”, apresenta o contexto escravista gaúcho e o conjunto de concepções que forjaram as manifestações e comportamentos sociais de senhores de escravos e negros escravizados, nas unidades produtivas charqueadoras, que influenciaram profundamente o cotidiano da sociedade pelotense oitocentista. Tendo como objetivo principal compreender a resistência da população escrava e negra diante da

dominação hegemônica branca, abordar-se-á a dimensão da luta pela emancipação, liberdade, sobrevivência e afirmação identitária dessa população.

2 O ESCRAVO NO BRASIL COLONIAL

Neste capítulo, apresentamos as condições de vida dos negros anônimos que, silenciados na historiografia tradicional brasileira, não tiveram sua história privilegiada. Na atmosfera da sociedade do período oitocentista, os escravos eram considerados como algo mais do que uma categoria biológica, definidos pela sua cor¹. Esses homens foram sujeitos sociais ativos e tiveram suas vidas modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um contexto histórico no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder. Nesse sentido, abordaremos a legitimação da escravidão, a dependência brasileira da mão de obra escrava e a caracterização destes indivíduos escravizados.

2.1 A legitimação da escravidão

A Igreja contribuiu no processo de colonização, desde o início, com o discurso legitimador da expansão e da conquista espiritual, segundo o qual a religião forneceu a ideologia da conquista, motivada por questões materiais e políticas além da fé cristã. A influência religiosa, muito forte durante toda a colonização, elaborou mecanismos ideológicos², sempre mantendo o poder da dominação e a manutenção do regime escravista.

A inferioridade do espírito – e supostamente do corpo – dos outros não apenas caracterizava o seu distanciamento da plenitude da forma humana também tornava viável, por exemplo, a sua escravidão. Santo Tomás de Aquino nesse sentido acompanhava Aristóteles quando também admite que espíritos inferiores com corpos robustos eram destinados pela natureza a serem servos (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.314).

Esse processo de reconhecer e entender a humanidade do outro, promoveu vivências sociais e culturais que modificaram a visão autocentrada do mundo cristão

¹ Essa identificação negativa com a pele escura talvez se deva à dicotomia que existe na cultura ocidental entre a cor branca, que significa o bem, a beleza, a pureza, e a cor preta, que representa o mal, a morte, o medo. Para o pensamento cristão, o preto era a cor do demônio, atribuído a acontecimentos nefastos como a “peste negra” e a “magia negra”. A cor negra tinha, assim, conotação sinistra para o Ocidente, que se combinou à condição de escravos dos africanos encontrados na América e na Europa para construir um conceito pejorativo acerca do negro como indivíduo (SILVA; SILVA, 2009, p.313).

² Mais informações a respeito, ver: NETO, Edgard Ferreira. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

européu. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas comparam a descoberta da humanidade do outro com a descoberta da América, como sendo um dos acontecimentos mais surpreendentes da história do ocidental.

A compreensão tradicional sobre a superioridade da sociedade cristã medieval modifica-se ao emergir, no Ocidente, a necessidade de novas formas de entendimento do outro. A fragmentação do feudalismo desencadeou o exercício de vontades individuais, promovendo a compreensão e aceitação da pluralidade individual plena. Nessa nova sociedade heterogênea, o processo de aceitação das diferenças ocorre com a descoberta de si em associação com a descoberta e o reconhecimento da humanidade do outro, o que propiciou a elaboração de formas mais desenvolvidas de aceitação e de tolerância, contribuindo na desagregação do Antigo Regime, no século XVII, em que a compreensão ocidental buscava formas mais elaboradas de classificação do outro. Nesse contexto do século XVII, foram muitos os esforços no sentido de compor com precisão o conceito de raça³. Nessa perspectiva, formularam a perspectiva biológica-comportamental⁴.

Em outras palavras: impôs-se a perspectiva que buscava nas diferenças físicas entre os homens indícios de caráter e de personalidade, o que terminava por localizar, no contexto da cientificidade, a explicação biológica material do atraso tecnológico de muitas sociedades humanas. Legitimando domínios, tutelas e, eventualmente, extermínio em massa, não faltaram trabalhos preocupados em demonstrar o atraso histórico das culturas não-ocidentais (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.320).

Uma vez que a sociedade ocidental buscou as explicações que lhe permitiram a escravização de sociedades humanas, consideradas por ela atrasadas, a expansão ultramarina lusitana tratou de enraizar pelo mundo seus valores, baseados nas novas concepções racistas ou na tradicional teoria de evolução histórica das culturas.

³ O conceito de raça teve sua origem através da noção biológica, seguindo o modelo de raça inferior e raça superior, dentro do contexto colonial, um grupo de dominadores (minoría) foi beneficiado em detrimento dos dominados (maioría). Apoiados pelos aparelhos ideológicos legitimaram-se o poder e a desigualdade amparada na superioridade de uma raça, negros viviam ameaçados sob as ordens e a chibata do dominador.

A existência de uma raça humana trouxe a ideia de que entre os seres humanos existe um diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais, ou seja, confirma a ideia da diferença numa sociedade preconceituosa em diversos aspectos, e que dividida em classes sociais, reforça o simbólico e traduz, no campo da cultura, ideias que favoreçam a dimensão racial (BRITO; MALANDRINO, 2007, p.103).

⁴ Vindos de diferentes nações africanas com traços morfológicos específicos, como a cor da pele, tipo do nariz e cabelo, além da cultura e religião, os homens negros se distinguem biologicamente, social e culturalmente do homem branco (BRITO; MALANDRINO, 2007, p.103).

Apoiados em fundamentos ainda mais rígidos, na busca de ampliar o poder sobre os povos conquistados, principalmente África e Ásia. Fausto (1996) explica que foram vários os argumentos elaborados para justificar a escravidão africana. Entre eles, que na África já existia escravidão e que os cativos que seriam trazidos para o mundo cristão seriam salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. O autor continua dizendo que no decorrer do século XIX, teorias supostamente científicas reforçaram o preconceito, afirmando que o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro, entre outros, eram características de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, por isso, destinados biologicamente à sujeição. Essas ideias escravistas produzidas e pensadas pelos homens letrados desse contexto orientaram as relações da sociedade colonial brasileira, na qual senhores e escravos constituíam a oposição básica.

“O escravo, como classe social, constituía um dos polos da contradição mais importantes do Brasil durante a vigência do regime servil” (MOURA, 1981, p.14). É nessa atmosfera em que tais valores são assimilados como um sistema de significações complexo, expresso de formas diversas, nem sempre idêntico, mas articulado na conservação da hierarquia social e da dominação de uma classe sobre o conjunto da sociedade. Considerando a existência de classes fundamentais no Brasil colonial, senhores e escravos seriam diferenciados e opostos no processo de produção. Dessa forma, as práticas escravistas são também consideradas manifestações ideológicas, sustentadas pelos letrados coloniais, construídas e apoiadas nos textos que integraram discursos escravistas que confirmam o conteúdo ideológico das práticas sociais, resultado da posição social desses homens.

As reflexões sobre a legitimidade da escravidão presente nos textos aparecem, assim, como uma temática de relevo, pois conduzem ao inventário dos juízos e argumentos acerca da validade, necessidade ou injustiça das relações escravistas. Dá-se o mesmo com o elenco de propostas normatizadoras, que incluem toda a sorte de conselhos, sugestões e regras para tornar a escravidão mais rentável, tolerável ou duradoura (VAINFAS, 1986, p.19).

A busca por formas de validação da escravidão reflete o nível de consciência social da classe escravista, com relação às percepções de normas de controle social e fundamentos morais, jurídicos ou religiosos que justifiquem a escravidão africana. O discurso escravista aprofundava a reflexão sobre o tema a partir do século XVII, foram muitas as justificativas, as interpretações, os argumentos e versões que

variaram de um modo geral. Pelo menos quatro versões foram apresentadas pelos autores na tentativa de construir um projeto ideológico que atendesse às práticas vigentes.

O sentido é claro: a legitimidade da escravidão repousa no pecado original do qual deriva toda a perdição da humanidade. Ao rebelar-se contra Deus o homem não teve como deter os seus apetites rebeldes. Provocando guerras com resultados precisos: vitória ou derrotas, vencedores ou prisioneiros, senhores ou escravos. E se a escravidão resulta do pecado, ela também é punição e remédio, enquanto o escravo é pecador e penitente (VAINFAS, 1986, p.94).

O primeiro sentido buscado para a permissão e a legitimação da escravidão está relacionado ao efeito com o pecado original. Para Benci, a legitimação e significações da escravidão e do ser escravo se baseiam na teologia de Santo Tomás de Aquino. Essa questão é complexa, construída com o predomínio do saber da teologia cristã medieval, na qual os escravos aparecem como resultado das imperfeições humanas, como uma inferioridade natural⁵. “Ele é escravo por natureza e frutos do pecado original. A escravidão é, novamente, o castigo do pecado, e os *pretos são naturalmente escravos* por descenderem de Cam pecador” (VAINFAS, 1986, p.96).

No segundo sentido de legitimidade da escravidão, as afirmações de Antônio Vieira apresentam, em seu argumento central, os negros como filho de Coré. Para Santo Agostinho, Coré significa calvário. “No processo de transfiguração, a escravidão é *felicidade e milagre* e os escravos devem agradecer o que *parece ser cativoiro, mas é de fato salvação*” (VAINFAS, 1986, p.97). Por esse discurso, escravidão é um sacrifício, uma punição para a salvação, pois os escravos são os eleitos de Deus para salvar a humanidade através do sacrifício.

No terceiro sentido, apresentado por Antonil, a escravidão é justa desde que lícita. É legitimada porque constitui o único meio de criar riqueza, sendo o escravo uma parte do senhor, uma extensão física do seu corpo. A legitimação se dá pela motivação econômica.

A quarta legitimação segue a filosofia do padre Manuel Ribeiro da Rocha e tem inspiração jurídica cristã. Para ele, a escravidão é aprovada se for adequada às

⁵ Segundo o que preconizava o darwinismo social, um negro inteligente e um branco menos inteligente seriam exceções à regra que definia o grupo. Assim, ser negro era sinônimo de ser intelectualmente inferior e ser branco sinônimo de ser intelectualmente superior (BRITO; MALANDRINO, 2007, p.17).

instituições do direito civil e canônico nesta matéria. “Daí a referência à guerra, ao delito e à venda por necessidade, presentes nas Escrituras e no Direito Romano, como razões justas para a escravização” (VAINFAS, 1986, p.99).

Seguros da legitimidade da escravidão africana, porém nada satisfeitos com as práticas sociais vigentes, os letrados coloniais dedicaram-se a elaborar normas que tornariam essa prática mais estável ou duradoura, mais produtiva e menos violenta. Pretendiam organizar o trabalho de forma mais conveniente ao senhor e tolerável para o escravo.

Na construção do discurso estas foram questões recorrentes, e na reflexão dos letrados entrecruzaram-se motivações econômicas, sociais, religiosas e morais. Trabalho, sustento, educação, punição, cada um destes itens possuiu significações variadas conforme a preocupação contida no enfoque. E também o ser escravo teve o seu significado alterado de acordo com as normas que se lhe queria aplicar (VAINFAS, 1986, p.100).

Com esse projeto ideológico escravista, pretendiam padronizar as condições materiais em que os escravos viviam e, para isso, seria necessário repensar a educação do africano escravo e a permissão de seus cultos ou se deveriam doutriná-los e também definir os métodos de punição. Contribuindo e validando esses discursos que atendiam aos interesses de senhores, a coroa portuguesa também assumiu o controle da vida da Igreja brasileira, concedendo o direito legítimo para o trabalho de evangelização católica na colônia portuguesa e em troca eram obrigados a prover apenas a conversão dos habitantes e proteger e manter a Igreja militante, nas terras além-mar. Desde o século XVII, várias campanhas foram executadas, na tentativa de acabar com os cultos pagãos que influenciavam a vida dos nativos. Era necessário converter os africanos ao cristianismo, e isso era feito pelo batismo dos cativos nos embarques e desembarques dos navios negreiros.

Na tentativa de controlar os desvios de fé no trópico distante, nos domínios lusitanos além-mar, a estrutura servil, as estruturas civis e eclesiásticas do poder colonial ficaram submetidas à autoridade do Santo Ofício, que organizou uma complexa máquina inquisitorial, que Vainfas (1989) mencionou como “pedagogia do medo”, referindo-a à Inquisição. Alimentando constantemente a vigilância aos súditos, era possível garantir a obediência e o respeito às regras básicas da estratificação social.

Ao refletirmos a sociedade escravista colonial e imperial, é impossível pensar as práticas escravistas quer como exclusivamente paternalista quer como puramente coercitiva. Lembrarmo-nos da versão do senhor bondoso, que apresentou a sociedade de classes como um universo familiar, e a versão do senhor malfeitor, que resulta na rebeldia do escravo pela violência física senhorial. Ambas são interpretações significativas, cada uma com sua motivação social e política, mas simplificam demais as relações de poder na escravidão. O jogo da persuasão e da coação no cotidiano de senhores e escravos da Colônia variavam consideravelmente conforme a atividade econômica ou região, dependendo do universo histórico pesquisado.

2.2 A dependência da mão de obra escravizada

O modelo agroexportador⁶, baseado na acumulação fundiária e no trabalho servil, foi organizado para atender os interesses da metrópole portuguesa. “Na formação da sociedade brasileira, foi o escravo o elemento que durante grande tempo conseguiu estabilizar nos trópicos uma economia latifundiária e colonial, baseada na exportação de gêneros para o mercado mundial” (MOURA, 1981, p.15). Nesse sentido, a colonização do Brasil foi um grande empreendimento econômico. A escravidão foi a forma predominante de mão de obra que configurou por mais de três séculos a organização do trabalho na América portuguesa. “O renascimento agrícola brasileiro elevou a posição de predomínio do Brasil na economia imperial Portuguesa” (SCHWARTZ, 2001, p.128).

Com isso, os produtos brasileiros renderam uma balança comercial favorável para Portugal, pois essa produção representava sessenta por cento das exportações portuguesas destinadas à Europa, ao norte da África e à América do Norte. Em linhas gerais, o renascimento agrícola do Brasil desse período teve como alicerce de sua economia a produção de bens exportáveis. Isso foi possível graças à crescente demanda da principal mão de obra colonial. O aspecto fundamental da sociedade e da economia brasileira era sua dependência incessante da escravidão e o resultado dessa dependência foi a elevada importação de escravos para os mercados

⁶ Economia especializada em produzir gêneros agrícolas para exportação.

tradicionais, provocando uma dependência cada vez maior da escravidão, pois não havia mão de obra disponível na Colônia o suficiente para tal empreendimento.

Para Maestri (1993), o Brasil foi o país americano que mais importou africanos escravizados, segundo o autor, praticamente todas as regiões do território brasileiro experimentou essa instituição. Nas primeiras décadas da colonização, os povos americanos nativos foram reduzidos à escravidão e obrigados a trabalhar nos engenhos, plantações, roças e vilas. O trabalho compulsório do índio e do africano foi a força motriz que promoveu o desenvolvimento da economia colonial brasileira.

Um conjunto de fatores favoreceu a instalação de formas de trabalho compulsório, entre as quais o uso do trabalho do cativo trazido da África que foi empregado como mão de obra em atividades econômicas rurais e urbanas, no trabalho doméstico e entre outros tipos de trabalho servil, marcando profundamente nossa história.

Além da expansão ultramarina portuguesa, dos séculos XIV e XV, a legislação lusitana autorizou e ampliou a captura de negros na costa africana para utilização em suas colônias de exploração. A Igreja Ocidental também aprovou essa prática, concedendo poderes aos portugueses, no sentido de escravizarem, comercializarem e converterem esses negros ao cristianismo. “A cor negra da pele dos africanos servia como uma prova física exterior de ‘diferença’ e, portanto, de ‘inferioridade’” (MAESTRI, 1993, p.21). Nesse sentido, Cardoso e Vainfas (1997) explicam que a cristandade medieval⁷ ocidental compreendia a superioridade da religião cristã sobre todas as outras que existiam no mundo, dessa forma, todos aqueles que viviam fora dos desígnios cristãos, eram considerados bárbaros.

A consideração clássica de que o homem se distinguia essencialmente daqueles seres chamados bárbaros, na medida em que eram *racionais* e *virtuosos* enquanto os chamados bárbaros eram *irracionais*, *ferozes* e *cruéis*, foi herdada pelo cristianismo (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.314).

É com essa compreensão que durante a colonização do Brasil, o trabalho do negro tornou-se o braço servil que marcou profundamente a forma de organização da sociedade brasileira durante quase quatro séculos. “Em nenhuma parte do globo terrestre, a escravidão durou tanto” (AZEVEDO, 2012, p.179). Por mais de três

⁷ Mais informações a respeito, ver: NETO, Edgard Ferreira. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

séculos, índios e, principalmente, negros vindos do continente africano foram largamente empregados como força de trabalho em todas as atividades econômicas desenvolvidas no Brasil colonial. A escravidão indígena permitiu a constituição das bases da economia mercantil durante o período de colonização do Brasil, porém o europeu encontrou algumas dificuldades em escravizar essas comunidades nativas.

As epidemias, a mortalidade ligada ao trabalho forçado e à ruptura da economia de subsistência indígena tradicional, a fuga mais para o interior, acabaram por inviabilizar uma *plantation* açucareira baseada principalmente no trabalho dos índios, seja escravo, seja livre em teoria, mas na verdade sob compulsão na imensa maioria dos casos (CARDOSO, 1990, p.103).

Além desses fatores apresentados por Cardoso, outros aspectos tornaram a escravização do índio inconveniente para os fins da colonização. Como forma de reação, o índio fugiu, combateu e recusou-se a trabalhar compulsoriamente. Moura (1981) explica que o cativo africano foi utilizado, pois o homem indígena não realizava atividades agrícolas, em razão de esta ser uma tarefa feminina, de quem possuía fertilidade e não dos homens, gerando um conflito cultural imenso. Outro fator foi a organização social dos indígenas que se apresentava, ainda, em um estágio mais primitivo.

Pois o índio apressado mostrou-se mau trabalhador dentro dos quadros de relações de trabalho a que o queria submeter o colonizador. A escravidão indígena tinha uma desvantagem: pelo próprio material humano que a compunha, vindo de um estágio cultural muito mais primitivo do que o existente para as tarefas (MOURA, 1981, p.26).

Verificada a desvantagem da escravização do índio, o escravo africano tornou-se a principal mão de obra servil e o comércio com os africanos foi a alternativa usada pelos portugueses, que já conheciam o tráfico de negros e seu valor mercantil. “Assim, as primeiras décadas do século XVII viram a transição ao predomínio da escravidão negra” (CARDOSO, 1990, p.103). Nesse momento, o escravo africano configurou parte integral em toda a sociedade, que se formou a partir da mão de obra escrava, pois era a força produtiva, o elemento material, a tração humana capaz de impulsionar vários setores da atividade econômica brasileira e, mesmo sem autoconsciência, o processo histórico-social.

2.3 O comércio de escravos

Foram as dificuldades encontradas pelos europeus em escravizar os indígenas, durante o período de colonização do Brasil, que resultaram na opção pelo africano. A explicação econômica para a substituição da mão de obra escrava indígena pela dos negros e o interesse mercantil do tráfico negreiro (oferta) teriam impulsionado a escravidão do negro no Brasil (procura), pois o tráfico era uma atividade econômica altamente rentável. No final do século XVI, o comércio com a África estava montado.

É preciso compreender que a substituição do índio pelo negro na escravidão brasileira envolve aspectos mais importantes ou fundamentais. A compreensão de Moura (1981) ressalta a transformação do tráfico de uma simples atividade de pirataria em uma atividade mercantil, em que foi empregado considerável valor financeiro na aquisição de veleiros, equipagens, estruturação de portos e contratação de homens para a realização do comércio de “carne humana”. Nesse processo de transformação, o predador de índios foi sendo substituído pelo traficante que estruturou uma rede de domínios e tornava essa atividade altamente lucrativa, uma vez que tráfico de escravos contribuiu muito para a acumulação capitalista.

No momento, o que convém destacar é que essas causas internas foram superadas por um bem mais importante: os traficantes estavam economicamente em condições de dominar o mercado escravo brasileiro. Aqui fincou pé o comércio negreiro amparado por toda uma literatura protetora dos índios; por toda uma campanha humanitarista de defesa das populações indígenas (MOURA, 1981, p.28).

Essa campanha foi promovida pelos Jesuítas, que consideravam os indígenas catequizados cristãos e como tal não poderiam ser escravizados. A mesma que protegia os nativos também vinha de encontro ao interesse dos traficantes de escravos que não admitiam a comercialização do índio, uma mercadoria mais barata no seu espaço de negociação. Comprovando sua lucratividade aos portugueses, o comércio negreiro organizou eficientes redes de captura e transporte que introduziram grandes levas de africanos. “Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino” (FAUSTO, 1996, p.28).

Sobre o assunto, Maestri (1988) calcula que foram nove a quinze milhões de africanos que chegaram à América para possibilitar a manutenção da economia

escravista. Sobre o valor do escravo, supõe-se que o senhor recuperava a quantia investida na compra do escravo em uns dois anos, depois disso todo o trabalho do negro era lucro. Sobre o custo de aquisição de um escravo negro, Fausto (1996) afirma que este valor era recuperado entre treze e dezesseis meses de trabalho e, mesmo depois de uma forte alta nos preços de compra de cativos após 1700, um escravo se pagava em trinta meses.

A mercadoria lucrativa foi trazida dos mais diferentes pontos do Continente Negro, chegavam a uma terra estranha, onde as diferenças de língua e cultura combinadas à desorientação geográfica eram fatores que auxiliavam os feitores na subordinação desses africanos. O processo de descaracterização vivido pelo africano começava antes de seu embarque, pois estes precisavam caminhar amarrados em fila, pelos sertões africanos, sem descanso, até chegar aos barracões da costa. Depois de comprado por um feitor, passavam meses algemados, à espera da chegada de um tumbeiro para a travessia atlântica. Os africanos escravizados foram desgastados física e moralmente pelos terrores do tráfico.

As experiências vivenciadas pelos africanos durante o tráfico propiciavam aos cativos uma primeira adaptação ao modelo de comportamento que lhes seria exigido pelos senhores no cenário da economia brasileira. A África era a fornecedora de escravos e as guerras entre as tribos africanas forneciam a mão de obra escrava.

O ponto de resgate de escravos no continente africano variou durante os séculos coloniais: Guiné-Bissau, Costa do Marfim e Daomé (século XVI); Congo e Angola (século XVII e XVIII). Sendo dois os grandes grupos étnicos de negros africanos: os bantos e os sudaneses. Os bantos originavam-se da África equatorial, Congo, Angola e Moçambique; os sudaneses habitavam a África ocidental, Costa da Guiné e o Sudão e dentro desses dois agrupamentos existiam dezenas de povos e culturas diferentes.

A expansão mercantil de Portugal rendeu-lhe o papel de nação dominadora, favorecendo a montagem de feitorias portuguesas no litoral africano em que o negro, como peça de troca comercial, compôs um forte fluxo comercial entre África e Brasil. Como consequência disso, Moura (1981) diz que África tornou-se um campo de pilhagens subordinada aos interesses dos traficantes de escravos.

A captura era, portanto uma apropriação do trabalho alheio, jamais repostos. Isso dava margem a que todas as trocas que se processavam desde o interior da África até a empresa escravista americana se caracterizassem pela não-

equivalência. Era não-equivalente, em hora-trabalho, por exemplo, o escambo de um escravo por dois ou três mosquetões, por dez ou doze fardos de têxteis, ou ainda por quatro ou cinco barris de aguardente. (FRAGOSO; FLORENTINO; FARIA, 1998, p.106).

Dessa forma, os europeus conseguiam os escravos negociando com as tribos africanas⁸, estes foram trocados por artigo de pouco valor na Europa, mas chegavam à América como mercadorias valiosas. Essas grandes nações usaram o tráfico como empresa comercial que garantia a força de trabalho necessária aos produtores das colônias; dessa forma as populações africanas passaram a ser vistas como mercadoria de troca (escambo). Através dos portos brasileiros desembarcavam anualmente milhares de africanos, em um nível de importação que superou o índice de mortalidade entre escravos. A quantidade de africanos trazidos para o Brasil variou, entre os anos de 1550 e 1855, estima-se que quatro milhões de negros entraram como escravos, na maioria homens jovens do sexo masculino. Em algumas regiões da América tropical, os escravos tornaram-se tão numerosos que substituíram quase completamente os indígenas. Conforme Moura (1981), o desembarque ininterrupto de escravos levou ao crescimento demográfico da população brasileira, para o ano de 1583, foi estimada uma população de cerca de 57.000 habitantes, em que 25.000 eram brancos, 18.000 índios e 14.000 negros.

Com relação ao comércio dos escravos que aqui desembarcavam, os fugidos valeriam menos, pois eram considerados propensos a se revoltarem e a organizarem quilombos, enquanto os mais saudáveis chegavam a valer o dobro daqueles mais fracos ou velhos. Considerados como mercadoria, escreve Maestri (1988), os escravos eram comercializados com preços variados, conforme a idade, sexo, estrutura física, seguindo, assim, os padrões estabelecidos no contexto social brasileiro. A economia brasileira tornou-se dependente da importação da mercadoria africana e isso ocorreu porque os senhores de escravos podiam sempre se abastecer da importação de cativos, deixando de se preocupar com a rápida degradação física do seu braço negro.

⁸ Para maiores esclarecimentos sobre a África colonial, ver: SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002. E em: SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos Portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

2.4 A mercadoria negra

O uso do escravo africano, na América portuguesa, foi o modelo mais eficiente de produção do século XVIII, pois o escravo ofertava altos índices de produção com baixo custo, sendo economicamente o investimento mais viável. A economia escravista, montada no Brasil desde os primórdios da colonização, considerou o escravo um simples objeto, uma mercadoria que podia empregar um baixo custo na compra e vender com melhor preço. O africano foi introduzido para exercer o papel de força de trabalho compulsório sem muita preocupação em prover o sustento dos produtores, mas em produzir para o mercado. E como mercadoria⁹ “de duas patas” era reconhecido seu valor humano, ao executar tarefas que só podem ser feitas por mulheres ou homens.

O escravo seria, então, aquele tipo de trabalhador que, no interior do processo de produção, não estaria apenas apartado do controle dos meios produtivos (característica que compartilha com outros tipos de trabalhadores, inclusive o assalariado), mas também privado do controle de seu próprio esforço produtivo. Vale dizer, é marcado pela ausência de soberania quanto à sua inserção no processo que garante a subsistência material, quanto à sua posição produtiva elementar (CARDOSO; REDE; ARAUJO, 1998).

Moura (1981) compartilha da mesma concepção ao dizer que a riqueza geral é o produto do trabalho escravo, pois este sustentou a sociedade brasileira. E mesmo sendo a peça essencial da economia brasileira, nem era considerado brasileiro, por isso não tinha direitos de cidadão e nem privilégios de estrangeiro. “A condição de livre ou de escravo estava muito ligada à etnia e à cor, pois escravos eram, em primeiro lugar, negros, depois, índios e mestiços” (FAUSTO, 1996, p.38). Diante de tal contradição, o escravo se encontrava, de um lado, como força de trabalho decisiva dentro da economia, mas de outro transformava-se, conseqüentemente, em negação dessa economia. Além de ser uma mercadoria barata, era escravo para sempre e a condição de escravo passava de pai pra filho.

Os senhores de escravos aproveitaram as diferenciações culturais existentes entre os africanos para usá-las como dispositivo de dominação. “A socialização do africano na ordem escravista conduzia, enfim, a profundas alterações na sua

⁹ A situação em que o escravo se encontra reduzido ao status de objeto, de bem mercantilizável, corresponde apenas a uma parcela – por si só bem complexa – de sua trajetória social e a somente uma dimensão da escravidão (CARDOSO; REDE; ARAUJO, 1998).

identidade cultural, linguística e religiosa” (VAINFAS, 1986, p.39). A língua portuguesa foi imposta aos escravos, que nem conseguiam conversar entre si por causa da origem diferente, além disso, aprendiam o português de forma muito lenta, pois não recebiam nenhum tipo de educação. Também era comum combinar cativos de culturas e línguas diferentes, assim ficaria mais difícil a comunicação entre os escravos. Evitando a integração e a possível resistência dos africanos, que precisariam se adaptar aos dois novos espaços culturais, um onde era o escravo no mundo dominante dos brancos, e o outro da convivência com outros grupos de negros escravizados. Para o dono do escravo, era conveniente adquirir escravo que estivesse o mais longe possível de sua comunidade, pois assim produziria mais. Com essas medidas de segurança, os escravos vindos da África ficariam mais fragilizados e adaptados à sua condição de escravo.

Além da sujeição cultural, o negro escravizado enfrentava uma exaustiva rotina de trabalho e recebia uma dieta deficitária, que levou a um alto índice de mortalidade, reflexo da desgastante condição de trabalho enfrentada pelos escravos na economia colonial brasileira. Já a baixa natalidade da população africana era resultado da considerável desproporção entre homens e mulheres nas unidades produtivas, uma consequência da composição do tráfico predominantemente adulto e do sexo masculino. “Durante a maior parte do cativeiro americano, os escravos produtivos não tiveram direitos nem mesmo a uma família” (MAESTRI, 1993, p.19). Nesse sentido, Vainfas também confirma sobre as dificuldades da formação de famílias africanas na colônia.

As condições de habitação dos escravos prejudicavam suas relações sexuais, pois homens e mulheres ficavam em dormitórios separados no interior das senzalas, e somente em certos casos uns casais de escravos possuíam cabana própria. Os contatos sexuais eram, assim, furtivos e difíceis, uma atmosfera de clandestinidade tolerada ou estimulada pelo senhor (VAINFAS, 1986, p.36-37).

Submetido aos interesses de seu senhor, enfrentavam longas jornadas diárias que dependiam essencialmente do seu esforço físico. Mesmo com uma baixa produtividade/homem, a produção escravista alcançava uma alta rentabilidade, em que o negro foi explorado praticamente até a morte. Nesse contexto em que as inovações tecnológicas partiam da rotina produtiva, o trabalho escravizado impedia tendencialmente o desenvolvimento de técnicas, máquinas e instrumentos produtivos,

pois para o homem instruído, dessa época, o trabalho manual era desonroso. O trabalho físico era associado à pobreza e, por consequência, à condição escrava, pois o escravo era considerado inculto.

Empregados nos centros urbanos, em todo tipo de atividades que exigiam grande esforço físico, os escravos realizavam tarefas penosas, transportavam cargas, pessoas e dejetos, também trabalhavam na construção ou podiam ser alugados para a realização de serviços a terceiros. Existiram os "escravos de ganho", os quais os senhores permitiam que fizessem seu "ganho", prestando serviços ou vendendo mercadorias, em troca o senhor recebia uma quantia. Os escravos de ganho foram muito utilizados, a maioria desenvolvia sua atividade nas ruas, como mendigos ou na prostituição. Havia, ainda, os barbeiros ou operários. Outros eram destinados aos trabalhos domésticos nas casas e os escravos de ganho que realizavam pequenos serviços para seus senhores. Já as escravas mulheres e crianças, na maioria das vezes, desempenhavam tarefas domésticas.

Visitando a província gaúcha entre 1820 e 1821, o francês Auguste de Saint-Saint-Hilaire escreveu sobre sua passagem e estadia na região. As anotações de seu diário, publicadas em livro, tornam-se, para esse trabalho, importante fonte histórica. No trecho abaixo, Saint-Hilaire descreve a condição de uma criança negra, da charqueada do Sr. Chaves, onde ficou hospedado.

Há sempre na sala um negrinho de dez a doze anos, que permanece de pé, pronto a ir chamar os outros escravos, a oferecer um copo de água e a prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz do que esta criança. Não se assenta, nunca sorri, jamais se diverte, passa a vida tristemente apoiado à parede e é, frequentemente, martirizado pelos filhos do patrão. Quando anoitece, o sono o domina, e quando não há ninguém na sala, põe-se de joelhos para poder dormir; não é esta casa a única onde há este desumano hábito de se ter sempre um negrinho perto de si para dele utilizar-se, quando necessário (SAINT-HILAIRE, 2002, p.119).

Essa cena, descrita por Saint-Hilaire, demonstra que a escravidão tornou-se um vínculo de poder e domínio originado e sustentado pela violência, em que a morte social substitui a morte física. Distingue-se de outras formas de exploração, sendo o escravo propriedade do amo ou senhor, um objeto de compra e venda, uma mercadoria que deveria trabalhar e integrar a ordem social montada. Por esses motivos, foram muitas as dificuldades de integração, desde a própria situação de escravo, africanos de várias procedências, a adaptação das normas sociais

escravistas moldadas nas exigências senhoriais. Esse modelo dava ao africano as referências básicas para sua socialização, de natureza dupla: a condição de escravo, com todas as exigências que tal condição acarretava e a condição de negro, comum aos escravos, submetidos todos a senhores brancos.

A disciplina e obediência foram traço comum nas unidades escravistas de produção, organizados em equipes enfrentavam longas jornadas diárias que dependiam essencialmente do seu esforço físico. Esses escravos eram supervisionados por feitores, empregados pelos senhores no controle. Esse trabalho feitorizado era um meio evidente de socialização do africano, uma via essencial de integração à nova ordem senhorial. O regime escravocrata promoveu a desigualdade social e contínua exploração do escravo na economia colonial brasileira, que empregou o cativo nos trabalhos mais pesados, frequentemente castigados, mal acomodados nas senzalas, também mal vestidos e alimentados. Proibidos de praticar sua religião de origem e obrigados a substituir sua cultura e tradição africana pela religião católica e língua portuguesa.

A captura, a escravidão e a venda do africano reduziam-no, desde logo, a uma mercadoria, retificando-o, num processo violento de desculturação e despersonalização. Tais condições impunham ao africano uma situação de anomia social, rompendo-se bruscamente o universo cultural de referência sem que se compusesse um quadro novo, pois as regras vigentes passavam a ser as do traficante (VAINFAS, 1986, p.34).

O africano não compreendia o catolicismo, e isso se acentuava com o uso do português e do latim na maioria das orações. E mesmo com todas essas imposições e restrições, não deixaram a cultura africana se apagar. Escondidos, realizavam seus rituais, praticavam suas festas e mantiveram suas representações artísticas. Durante os mais de três séculos de escravidão, as formas de resistência à instituição servil empregadas pelos escravos foram muitas, entre as mais comuns estão as revoltas, assassinatos, roubo de alimento e objetos, a sabotagem nas máquinas de produção, mutilação do próprio corpo, o suicídio e a organização de quilombos. As agitações ocorriam quase regularmente e foram punidas com muita violência e rigor.

A conquista da alforria e da liberdade no século XVII, mediante compra, revela a inconformidade do negro com relação à sua condição de escravo. A partir da segunda metade do século XIX, os movimentos abolicionistas e republicanos ganharam cada vez mais espaço e, em 1850, através da lei de Euzébio de Queiróz, o

governo brasileiro proibiu definitivamente o tráfico de escravos negros da África para o Brasil. Os maus tratos sofridos pelos escravos nas charqueadas tornou-se, na década de 80, um dos principais argumentos no sentido da abolição e contra as desumanas relações servis.

Ao refletir os aspectos que envolveram a introdução da mão de obra dos cativos na economia brasileira, vislumbramos as ligações entre trabalho e vida dos escravos e compreendemos que o trabalho era o núcleo da escravidão, ou seja, o mundo do trabalho era o espaço central da redução do africano à condição de escravo e o tipo de atividade em que eram empregados determinava a natureza da vida dos escravos. Nesse sentido, o próximo capítulo apresenta a marcha escrava no Rio Grande do Sul oitocentista, abordando alguns aspectos da ocupação e organização da região nesse período, privilegiando o cenário gaúcho em que o escravo foi empregado.

3 O ESCRAVO NO RIO GRANDE DO SUL OITOCENTISTA

A exploração da fabricação da carne seca salgada e o couro representavam importante ramo dos negócios gaúchos, introduzindo em larga escala o escravo na região sul brasileira. Nesse capítulo, apresentaremos alguns aspectos da ocupação e organização do território gaúcho, privilegiando o cenário charqueador pelotense e a introdução e utilização do escravo africano no Rio Grande do Sul oitocentista.

3.1 A formação do Rio Grande de São Pedro

Durante o século XVI, o atual extremo sul brasileiro estava ocupado por comunidades autóctones de caçadores, coletores e agricultores itinerantes. No início do século seguinte, esta região e estes povos foram gradativamente integrados à dinâmica colonial. Os Jesuítas espanhóis organizaram as Missões, dando início ao desenvolvimento social, econômico e demográfico das populações nativas. Do norte, vieram os preadores paulistas, caçadores e escravizadores de homens.

Gutierrez (2001) confirma que antes da chegada de portugueses e espanhóis, o território já era habitado pelos tupis-guaranis. Os tupis ocuparam a região de floresta tropical, nordeste e centro do Brasil atual, e os horticultores guaranis ocuparam a região de matas subtropicais até o rio da Prata. As reduções instaladas na margem esquerda do rio Uruguai foram encerradas quatro anos depois e o gado, abandonado pelos jesuítas e guaranis, reproduziu-se naturalmente nessa área, dando origem a um grande rebanho. Esses animais bravios teriam se disseminado por toda a região, chegando até as margens da lagoa Mirim, a Maldonado e alcançou o Mar Del Plata, o que formou a Vacaria Del Mar. Diante desse cenário, o gado definiu a vocação econômica no território sulino e a preia das manadas chamou o interesse para essa região.

fluvial da região sul. “O Rio Prata foi um privilegiado cenário deste tráfico clandestino” (MAESTRI, 1993, p.25). Para que esse comércio acontecesse, o minério do Peru e o couro do pampa foram usados para comprar os escravos africanos promovendo o intenso contrabando na região.

Foram essas disputas e o expansionismo mercantilista lusitano, atraídos pela courama, os enormes rebanhos de gado e o comércio, que penetrou a região sul-riograndense, integrando-a tardiamente ao restante do Brasil colonial.

Atrás das manadas, veio a ocupação do território. Primeiro, a preia do gado xucro. Depois, o estabelecimento da povoação de animais, a estância com a doação das sesmarias de campo, a fixação da fronteira lusa. E, por fim, nas proximidades da Vacaria do Mar, a instalação dos estabelecimentos de salga das carnes (GUTIERREZ, 2001, p.25).

Então, os portugueses chegaram ao extremo sul em busca dos nativos, dos rebanhos e do comércio da prata em troca de seus produtos coloniais e das manufaturas inglesas. A ocupação oficial vinha garantir a posse das terras e estabelecer comunicação com a Colônia do Sacramento, no rio da Prata, onde portugueses, ingleses, comerciantes, contrabandistas de produtos manufaturados e traficantes de escravos conseguiam furar o monopólio comercial espanhol. Sacramento foi um mercado distribuidor de escravos, eles chegavam pela Colônia e eram enviados para outras regiões. A partir de 1680, foi usado como mercadoria para o contrabando do Prata, trabalhou na Colônia de Sacramento e nas proximidades, participou nos movimentos militares que confrontaram as duas Coroas. Esses primeiros negros cativos também navegaram as águas costeiras ou percorreram os territórios gaúchos, indo e vindo de Sacramento.

A ocupação que trouxe junto o escravo negro e o incorporou ao cenário social e econômico na região sul apresenta aspectos próprios, diferentes das que ocorreram em outras áreas da América portuguesa, pois está inserida no contexto da disputa do território da Bacia do Prata, pelas duas potências ibéricas. Dessa forma, o processo de colonização e povoamento do Rio Grande do Sul foi determinado pelos conflitos entre espanhóis e portugueses.

Basta lembrar que até o Tratado de Madri, celebrado em 1750, não havia qualquer definição efetiva sobre as possessões meridionais portuguesas, sendo que a partir daí define-se o enraizamento dos interesses econômicos e políticos da Coroa sobre esta região, atualmente conhecida como Rio Grande do Sul (ZARTH, 2006, p.48).

Tratados celebrados pelas Coroas europeias, expedições marítimas e terrestres, levantamentos, negociações, comércio, contrabando, tráfico, captura de gado e de nativos, fundações de cidades, construções de fortes e, principalmente, confrontos, foram configurando a posse desse território. Os interesses econômicos da metrópole portuguesa determinaram a fixação da atividade militar e a produção de gêneros alimentícios que promoveram o processo de distribuição de sesmarias definindo a posse de terra e gado na região. O caminho entre o Prata e São Paulo, apresentava lugares de pastagem para o gado, áreas que permitiam o confinamento do gado por barreiras naturais. No primeiro quartel do século 18, de Laguna e de São Paulo, partiam aventureiros para estabelecerem-se, inicialmente, no nordeste gaúcho. Nos últimos anos do século XVII, com a descoberta das minas no sudeste brasileiro, o extenso território do atual Rio Grande começou a valorizar-se e, com o crescimento da mineração, a exigência de carne para alimentar os escravos e animais de carga e para transporte aumentava.

Diante desse quadro, o espaço sulino foi disputado e ocupado. Gutierrez (2001) diz que é nesse momento que o Rio Grande de São Pedro do Sul começou a ser repartido. A posse dessas terras sulinas tornou-se uma questão de disciplina e de cobrança de impostos, pois a Coroa lusa pretendia assegurar a posse das terras e garantir a cobrança de impostos sobre o gado, os couros e o charque que seriam produzidos além de usufruir do contrabando e outros negócios da região.

Assim com as outras áreas do Brasil, no sul, o monopólio da propriedade territorial representa o mais importante dos meios de produção agrícola. O Rio Grande do Sul agrário oitocentista reunia problemas que influenciavam no desenvolvimento econômico e social daquele momento, sendo que, mesmo com abundância de gado, havia grande desproporção na posse de bens e riqueza. A apropriação das terras se deu pela distribuição das sesmarias, em que os militares dedicaram-se à criação de gado em suas sesmarias. “A ocupação do solo rio-grandense deu-se de duas formas; em ambas, o critério de distribuição foi a retribuição de serviços militares prestados” (GUTIERREZ, 2001, p.39). Essas terras eram conseguidas pelo sistema jurídico português, de três formas legais: concessão de sesmarias ou de datas de terras e arrematação.

Conforme Kuhn (2004), o processo formativo da sociedade do extremo sul do Brasil está diretamente ligado à manutenção das pretensões colonialistas lusas nas terras do Continente do Rio Grande de São Pedro. A configuração da sociedade

colonial lusitana na região platina apresentava uma nítida hierarquia social, com expressiva presença da escravidão, marca do nosso passado colonial.

Nessa sociedade extremamente excludente, uma pequena minoria de família detém uma grande parte da riqueza existente, na forma de terras, gado ou homens. As famílias da elite formam fortes núcleos que estabelecem relações sociais e comerciais, permitindo o funcionamento de extensas redes familiares que garantem a manutenção de interesses. Através do casamento arranjado, estabeleciam-se alianças prósperas, garantindo o ciclo familiar e a ligação, até mesmo, com outras regiões. A prática de dotes, de ocupação de cargo administrativo colonial, de alianças matrimoniais e distribuição de heranças sempre em função de interesses. A elite não estava associada somente à riqueza fundiária, mas também ao poder. As alianças matrimônias, o sistema de herança e as estratégias familiares dos grupos dominantes garantiam a reprodução patrimonial considerada fundamental para a própria reprodução econômica desse estrato social.

Para Zarth (2006), a concentração de terras nos latifúndios dedicados à criação extensiva do gado limitava o crescimento demográfico e o desenvolvimento da agricultura de subsistência, que resultava em problemas de abastecimento agravado pela problemática dos transportes. E a falta de mão de obra levava à compra de escravos para trabalhar nos latifúndios.

Mesmo na capitania criadora de gado e produtora de trigo de Rio Grande do São Pedro (mais tarde Rio Grande do Sul), a população escrava cresceu nitidamente, e entre 1780 e 1802, a proporção de negros e mulatos cresceu de 29 para 41 por cento dos habitantes (SCHWARTZ, 2001, p.136).

Schwartz corrobora ao afirmar que a concentração de escravos foi elevada na província gaúcha, pois os grandes proprietários recorriam à escravidão para o trabalho nas grandes estâncias, na falta de mão de obra livre. Nessa época, a economia gaúcha apresentava um perfil completamente diverso, comportando três setores econômicos importantes: os latifúndios pastoris, as charqueadas e os núcleos das colônias de povoamento. O primeiro e mais antigo setor produtivo gaúcho era o do pastoreio extensivo, praticado em latifúndios e onde o trabalho escravo era raramente utilizado, e quando o era, ocupava as atividades de apoio à produção criatória e não à atividade principal. Isso porque o uso do cavalo poderia ser também o meio principal de fuga do cativo. De fato também a organização do trabalho na estância, através

de escravos, era dificultada pela proximidade com uma fronteira com países onde a escravidão negra era rara ou inexistente.

3.2 A mão de obra escrava rio-grandense

Tradicionalmente, as atividades de criação de gado, a tropeada e a caça ao gado pelo couro não se combinavam bem ao trabalho escravizado, por isso, nessas situações, era difícil e arriscado manter escravos obedientes e produtivos. Essa é uma das correntes sobre o emprego da mão de obra escrava nas atividades de criação. Essa atividade econômica não exigia muitos trabalhadores, por esse motivo, é possível supor que os africanos escravizados estiveram ausentes nesse primeiro movimento expansionista luso-brasileiro em direção às terras do sul. Gomes e Magalhães confirmam a presença e utilização do escravo negro na região sul e contrariam a visão de que na região sul não foi utilizado o braço africano:

O Sul do Brasil, geralmente, é pensado como uma região que possui uma população branca. Isso se deve, muitas vezes, à ideia de que nessa região não houve exploração da mão de obra escrava, ou, ainda, que se tivesse havido essa exploração, teria ocorrido em menor intensidade do que em outras regiões do Brasil, como Sudeste e Nordeste. Porém, já faz algum tempo que essa ideia foi desmascarada. Sabe-se, hoje, que a utilização de escravos foi significativa na região e que a relação entre esses e seus senhores não foi pacífica como já se pensou (GOMES E MAGALHAES, 2010, p.272).

Schwartz (2001) também se refere ao assunto, lembrando-se da historiografia antiga que dava ênfase à “liberdade dos pampas”. E segue afirmando que hoje já se sabe que desde o início os escravos estavam presentes nos postos avançados e foram empregados na agricultura e na pecuária do Rio Grande. O autor ainda aponta que em 1780, cerca de um terço da população da região, de 17.923 habitantes, era negra; essa proporção aumentou. E que, em 1814, quase 40 por cento da população eram de origem africana ou afro-brasileira.

A historiografia sobre a utilização da mão de obra escrava africana no Rio Grande de São Pedro, tanto na região do Rio da Prata e, em especial, nos latifúndios agropecuários, demonstra o crescente uso dessa mão de obra na região. As estâncias possuíam um elevado número de cativos que correspondia total ou parcialmente e, conforme a diferente necessidade permanente do braço negro servil.

Maestri (1993) também segue o mesmo levantamento de Gomes e Magalhães e Schwartz quanto à utilização do escravo nos primórdios da ocupação do sul, afirma que o escravo foi usado desde o início da ocupação do sul brasileiro e que estes foram empregados nas novas instalações e nas primeiras plantações, na produção de charque e couros. Poderiam ser servidores domésticos, campeiros e nas mais variadas atividades. Existiam, ainda, os trabalhadores livres, peões assalariados, que cumpriam tanto tarefas permanentes e, principalmente, as sazonais. Havia, também, o indígena aculturado ou semi-escravizado que trabalhava ao lado do escravo e estava presente em todo ramo de atividades servis.

Empregados na produção comercial de trigo e, depois de 1780, na fabricação do charque, o negro chegava ao sul através do fluxo escravista Rio-Angola, assim como de outras regiões da África. Segundo Maestri (1993), a origem africana do negro gaúcho pode ser encontrada em muitas fontes. A principal é a documentação histórica, que nos fornece, entre outros dados, o “sobrenome” do cativo trazido para o Sul. Também é possível identificar nessa documentação a ocorrência de miscigenação racial já nesses primeiros tempos, pois são encontradas referências às mães cativas dando à luz filhos de homens livres ou, ainda, senhores registrando filhos tidos com suas cativas. Conforme Maestri (1993), os africanos que chegaram à região sul nos séculos XVIII e XIX eram definidos como: escravos “novos” os recém-chegados da África; “crioulos” os nascidos no Brasil; já os “ladinos” eram os cativos que aprenderam alguma profissão e falavam, mal ou bem, o português, também eram os mais resistentes. Esses escravos perdiam seu nome africano ao embarcar em um tumbeiro e, logo que chegavam ao Brasil, eram batizados e ou registrados, recebendo um nome ao qual se acrescentava sua profissão ou naturalidade brasileira ou africana. “É assim que tínhamos um João Pedreiro, um José Pernambuco, um Manuel Congo” (MAESTRI, 1993, p.30).

Registrados e ou batizados, esses escravos foram empregados em todo ramo de atividades servis da sociedade e principalmente nas rurais. Nas atividades do interior da estância, são três as categorias básicas: o roceiro (lavrador, encarregado do abastecimento de produtos agrícolas para estância), o campeiro (encarregado das atividades pastoris, trabalho mais valorizado, pois exigia qualificação) e o doméstico (desempenhava os serviços rotineiros ligados a casa, geralmente era mulher). Era preciso comprar o trabalho e o próprio trabalhador, já que o salário dos peões livres tinha valor elevado.

Zarth (2006) nos fala da importância da população escrava na formação da sociedade colonial sul-rio-grandense, ao evidenciar a apropriação da mão de obra africana nos diferentes ramos da economia colonial gaúcha. Na pecuária, são encontrados escravos de todas as origens, especializados nas lidas campeiras, sendo de maior custo os cativos campeiros e domadores. Nas estâncias, o escravo era o trabalhador permanente e o peão livre era contratado temporariamente. Sobre as estâncias, Pesavento sugere que o trabalho escravo existia, porém não era a mão de obra fundamental. Ao lado do trabalhador escravizado, nas estâncias de gado em que realizavam uma criação extensiva do rebanho no Rio Grande do Sul, também se encontravam trabalhadores livres e assalariados ocupando as mais variadas funções.

3.3 As charqueadas e a mão de obra escrava

Com a grande expansão econômica do início do século XIX, pela produção e exportação do charque, trigo e couro, que o escravo chega em maior número e passa a representar mais ou menos um terço da população, igualando o sul às demais regiões da América portuguesa. “Foi apenas a partir de 1780, o início da produção de charque em grande nível, que se estruturou um sólido pólo escravista no Brasil Meridional” (MAESTRI, 1993, p.27). A região sul constituiu um território com elevado número de cativos, podendo ser comparada a outras províncias brasileiras que fizeram uso do trabalhador escravizado. A produção charqueadora escravista promoveu a expansão da economia oitocentista da província de São Pedro do Rio Grande e possibilitou o crescimento da economia interna e a integração regional. A exploração da fabricação da carne seca salgada e o couro representavam importante ramo dos negócios gaúchos, introduzindo em larga escala o escravo no Rio Grande do Sul. Maestri (1993) aponta que, por mais de cem anos, esta atividade apoiou-se sobre as costas e o suor anônimo do trabalhador negro escravizado, o que coloca o afro-gaúcho como um dos grandes eixos do desenvolvimento econômico sulino.

Salgar a carne para conservação permitiu a integração da região sul no contexto da economia colonial, ainda que essa produção fosse realizada de forma artesanal; a região sul experimentou charquear artesanalmente, antes mesmo do estabelecimento dos luso-brasileiros no atual Rio Grande do Sul. É possível supor que em 1780 teve início a prática charqueadora como atividade sistemática e significativa. Dessa forma, o alimento de origem animal chegaria aos mercados do Brasil,

solucionando a dificuldade do transporte do gado vivo. A carne salgada que saía da fazenda de criação sulina chegava aos extremos da Colônia e ao exterior com um preço mais baixo.

Mario Maestri e Ester Gutierrez apontam que a primeira unidade de produção de carne salgada sulina foi aberta em 1780, depois de uma forte seca no nordeste brasileiro, que arruinou os rebanhos e elevou o preço da carne seca produzida pelos nordestinos. A seca no nordeste e o fim do monopólio real sobre o sal permitiu o rápido crescimento das fábricas gaúchas e com o setor de exportação vinculado ao mercado interno. As zonas rurais em expansão e as populações urbanas em crescimento no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco tornaram-se as principais consumidoras do charque do Rio Grande. O setor açucareiro da Bahia e de Pernambuco tornou-se dependente do charque gaúcho para alimentar seus escravos.

O charque teve papel fundamental na integração do sul ao cenário de desenvolvimento econômico brasileiro, ao ser vendido para alimentar os escravos da região mineradora. Também ao ser exportado aos países vizinhos, quando em guerra e ou crise. Esse avanço contribuiu para a formação de alguns centros urbanos no extremo sul do Brasil, como Pelotas, Charqueadas e Triunfo. Schwartz (2001) confirma que a repercussão do crescimento do setor de exportação na economia interna e a formação de um mercado nacional estavam mais evidentes no Rio Grande do Sul.

Mesmo com o desenvolvimento de uma economia interna que permitiu a formação de alguns núcleos urbanos, o mundo rural dominou a sociedade brasileira oitocentista. As atividades produtivas estavam localizadas no campo, onde as grandes concentrações populacionais se encontravam; já as cidades desempenhavam as funções administrativas e econômicas. Na cidade, assim como no campo, o trabalho foi essencialmente apoiado na força do negro escravizado, que desempenhava as mais variadas ocupações urbanas. Poderiam ser empregados como escravo de ganho, jornaleiros (vendiam serviços e mercadorias a terceiros), alugados, domésticos, artesãos, carregadores de mercadorias, lavadores de roupa e nas mais variadas atividades servis. Na cidade, o trabalho era menos duro que a jornada no campo e o tratamento dado aos escravos poderia ser relativamente menos rígido. Sobre o assunto, os anúncios dos jornais do Império serviram de fonte para o estudo da escravidão, principalmente a urbana; neles, encontra-se impresso anúncio de compra, venda, oferta, procura e fuga de escravos.

Na região sul, assim como no restante do país, muitos escravos urbanos¹⁰ conseguiram ter uma vida social, cultural e religiosa, o que era mais difícil para os escravos do campo. As irmandades religiosas, essencialmente urbanas, recebiam os negros (livres, forros e escravos) para atividades religiosas, enterros de membros, missas, socorriam irmãos necessitados, auxiliavam aos órfãos, mas para participar dessa confraria, os escravos precisavam de autorização escrita de seus senhores. O “candomblé” ocorria com mais frequência nas cidades e vilas que nas fazendas. Conforme Maestri (1993), são poucas as informações sobre os primeiros anos das religiões afro-gaúchas e que, conforme a documentação, os senhores nem sabiam distinguir bem as festas negras dos ritos religiosos de origem africana. Muitas cidades do Rio Grande do Sul proibiram as reuniões de escravos com tambores e cantorias. Exemplos desses centros urbanos, Pelotas e Rio Grande formaram os principais núcleos populacionais ligados ao setor charqueador. Através do Rio de Janeiro, um dos principais portos negreiros, por volta de 1820, a Província de São Pedro recebia mais de 30.000 africanos por ano, confirmando a crescente presença do escravo africano no contingente populacional gaúcho.

Rastrear a importação de escravos para o sul do Brasil é mais difícil. A capitania do Rio de Janeiro também era peça importante no renascimento agrícola e seu porto era o principal ponto de entrada de escravos enviados para Minas Gerais e para o sul. As estimativas de seu comércio com Angola demonstram aumento na importação de africanos de 6.000 a 7.000 por ano na década de 1770 para 10.000 por ano na década seguinte a 1795 (SCHWARTZ, 2001, p.136).

Dessas importações levantadas por Schwartz, o porto do Rio de Janeiro recebia e comercializava grande quantidade de cereais, charque, couro e outros produtos agropecuários, sendo parte consumida pela população e parte despachada para Portugal e Angola. Por fim, o Rio Grande do Sul também se tornou exportador de cereais. O trigo e a farinha de trigo foram escoados em grandes quantidades através de inúmeros portos brasileiros, principalmente para o Rio de Janeiro.

Estatísticas incompletas e às vezes incoerentes mostram o crescimento do Rio Grande do Sul. Por volta do século XVII, os rebanhos de mula e de gado eram transportados para o norte. São Paulo recebeu entre os anos de 1750 a 1780, cerca de 5.000 mulas por ano, já entre 1780 e 1800, esse número subiu entre 25 a 40 por

¹⁰ Sobre o escravo urbano, ver em: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre, 1858-1888. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

cento por ano, apesar do abate, roubo e venda. Schwartz (2001) explica que, junto com os animais vivos, o Rio Grande do Sul começou a exportar carne seca ou charque.

As charqueadas desenvolveram-se como uma economia secundária no Brasil colônia e imperial, destinadas principalmente para o abastecimento do mercado interno, dos trabalhadores da cana de açúcar, o charque também é exportado para a metrópole. Além do charque rio-grandense, o gado também foi comercializado como animal de transporte utilizado no nordeste açucareiro e no sudeste mineiro.

Sabendo da presença e participação do trabalhador negro escravizado desde os alicerces da organização da sociedade rio-grandense, que chegou juntamente com a ocupação lusa na região e seguindo para a especialização charqueadora, o próximo capítulo se dedicará a esta manufatura em Pelotas.

A atividade charqueadora na região de Pelotas teve início no final do século XVIII e se estendeu durante todo o século XIX. A instalação da primeira charqueada, por José Pinto Martins, à margem direita do arroio Pelotas, foi seguida por outros charqueadores. Em 1822, já estava funcionando uma média de vinte charqueadas, o que demonstra o crescimento desta atividade no início do século XIX, transformando a região de Pelotas no grande centro charqueador do Estado.

A produção de carne salgada promoveu o crescimento da população e a formação de um povoado e depois da freguesia São Francisco de Paula, que chegou a dobrar a população entre 1812 e 1830. Essa população era composta basicamente das famílias dos charqueadores e seus escravos, de antigos moradores de Rio Grande, que vieram se estabelecer na freguesia e de proprietários de fábricas e casas comerciais que se instalaram na cidade.

Em seu diário de viagem, Auguste de Saint-Hilaire escreveu: “São Francisco de Paula é, sem favor, a aldeia do Rio Grande em que há maior número de charqueadas. Existem, atualmente, dezoito nesta paróquia, e a média de animais abatidos por ano é de, aproximadamente, cento e vinte mil (SAINT-HILAIRE, 2002, p.122)”. De 1820, ano da visita de Saint-Hilaire, aos anos de 1859 e 1860, a atividade charqueadora cresceu significativamente, nessa época funcionavam 21 charqueadas, que abateram 181.100 animais, já em 1873 foram 35 charqueadas em funcionamento que abateram 408.010 animais. Do crescimento populacional, econômico e urbano decorreu a sua elevação à condição de cidade e mudança de seu nome para Pelotas. A grande expansão das charqueadas fez com que a cidade se tornasse a capital econômica da província.

Pelotas também se tornou o centro de distribuição de mercadorias vindas do Rio de Janeiro e do Velho Mundo, e local de reunião e exportação dos produtos da região para o norte do território nacional, principalmente o charque. Neste período, Pelotas delineou sua configuração urbana, consolidando-se no período seguinte, mantendo o apogeu entre 1860 e 1890.

Foi nesse período que começou a instalação das primeiras indústrias em Pelotas. Produzia-se, na cidade, desde sabonetes e velas de cera, cerveja, água mineral, gasosas e gelo, chapéu, vinhos, licores e conhaques. Essas indústrias complementares, como curtumes, fábricas de velas, sabões e adubos, utilizando os resíduos da indústria do charque. Na década de 1880, foi construída a estrada de ferro, intensificando a ligação de Pelotas com outras cidades. Em dezembro de 1884,

foi inaugurada a Estação Ferroviária de Pelotas. A estrada de ferro ligava Rio Grande, Pelotas e Bagé, o que favorecia o deslocamento e comunicação entre as cidades.

Assim, a cidade de Pelotas se desenvolveu durante todo o século XIX, com o crescimento da população, principalmente com os imigrantes europeus, com a intensificação das atividades nas charqueadas e nos diversos estabelecimentos industriais e comerciais que se instalaram na cidade, o que possibilitou que uma elite, com condições financeiras e tempo livre, se formasse na cidade e se dedicasse a atividades de lazer.

4.2 O núcleo charqueador pelotense

A articulação de uma importante indústria de fabricação de carne salgada, no extremo sul brasileiro, foi resultado da contribuição de alguns fatores, como as secas que acabaram com o rebanho nordestino e a produção de carne-seca nos anos de 1777, 79 e 92. Conforme Maestri Filho (1984), as oficinas cearenses eram importantes fornecedores de carne-seca para o mercado nacional e internacional, a escassez de gado para o abate, determinada pela estiagem, termina levando à decadência a antiga produção. E lembra que, com o fim da ocupação castelhana em Rio Grande, em 1776, o mar e a campanha estão pacificados. O saque de milhares de cabeças de gado espanhol ajuda, também, a lançar nosso ciclo saladeiril.

Aproveitando-se desses fatores, o português José Pinto Martins mudou-se do Ceará para o sul, estabelecendo em São Francisco de Paula, futura vila de Pelotas, o que seria a primeira instalação permanente de produção de carne salgada na região sul.

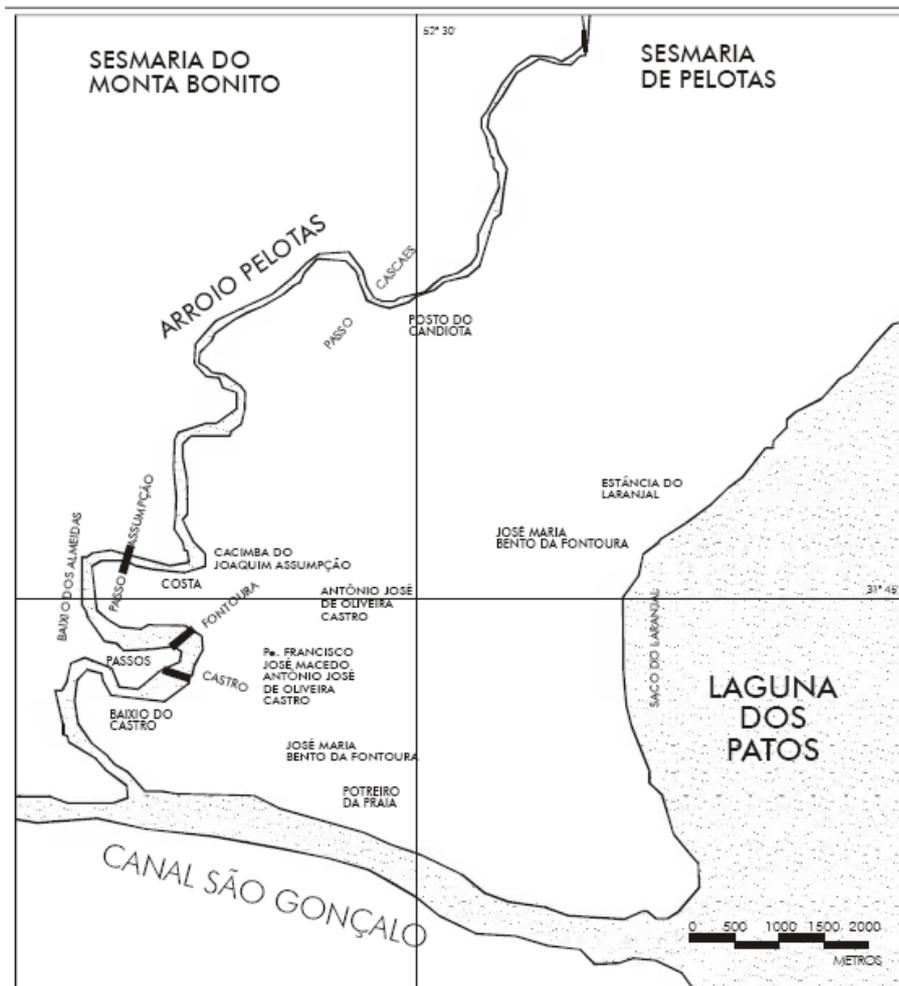
As primeiras carnes trabalhadas foram-no de forma extremamente artesanal. Como o consumo e/ou exportação não eram elevados, os mesmos “cortadores” que abatiam os animais deviam carnear os mesmos, preparar sua carne, seus couros, etc. Possivelmente, não existiam (como nos deixam entrever as primeiras descrições) instalações especiais. [...] É assim que teremos as “primeiras charqueadas”, estabelecimentos extremamente toscos (MAESTRI FILHO, 1984, p. 56).

No início, o processo produtivo abateu os primeiros animais gaúchos, de forma extremamente simples. Nesse momento, a manufatura da carne salgada era artesanal e primitiva. A partir dessas primeiras instalações com produção artesanal, a contínua prática de salgar a carne deve ter levado a alguma sistematização da produção. A

organização de uma indústria de charque e do próprio processo produtivo da carne salgada levou ao desenvolvimento técnico e a melhorias no quadro de produção, nas instalações e aproveitamento do gado.

A produção em grande escala estruturou a organização do processo produtivo e o aproveitamento da matéria-prima. E o surgimento de um importante mercado para as carnes gaúchas promoveu a instalação de charqueadas no rio Jacuí-Ibicuí, nas Lagoas dos Patos e Mirim, em Porto Alegre, em Rio Grande, em Jaguarão, no canal São Gonçalo, entre outros pontos de localização privilegiada em relação aos rebanhos gaúchos e uruguaios, ao porto de Rio Grande e às vias fluviais.

Figura 3 - Localização das charqueadas da margem esquerda do arroio Pelotas e de seus respectivos passos



Fonte: GUTIERREZ, 2001.

As instalações localizadas no encontro das águas do arroio Pelotas com o canal São Gonçalo, conexão natural entre as lagoas Mirim e dos Patos, constitui o núcleo charqueador pelotense. Sobre essa região, Saint-Hilaire descreve:

A região, que venho descrevendo, e que se estende entre o rio Pelotas, o rio São Gonçalo e a paróquia de São Francisco de Paula, pertence a charqueadores, e as casas das quais já falei são as suas habitações. Não podiam escolher local mais favorável, pois aí recebem, sem nenhuma dificuldade, os animais criados nas gordas pastagens situadas ao sul do Jacuí e, em seguida, embarcam a carne-seca e os couros através dos rios Pelotas e São Gonçalo (SAINT-HILAIRE, 2002, p.113).

Assim como Saint-Hilaire observou, a favorável localização geográfica das instalações construídas nas margens do arroio facilitou o cruzamento dos rebanhos bovinos. Um pouco mais afastado, o espaço destinado à residência do charqueador, o pomar e os outros terrenos eram reservados para a criação do gado. Havia, ainda, os galpões de produção onde se realizavam diversos trabalhos e onde, provavelmente, os escravos se abrigavam. O terreno da charqueada, que recebia as instalações onde funcionava a salgação das carnes, couros, fabricação de sebo e graxas, era compartilhado quase sempre com a produção oleira, que funcionava nas regiões ribeirinhas. Ali também se encontrava o porto que mantinha limite com as terras destinadas ao Logradouro Público¹ e Tablada². Sobre o terreno da charqueada do Sr. Chaves, Saint-Hilaire descreve:

Está situada num ponto extrema mente favorável, pois que os iates podem chegar junto dela e mesmo muito além. A residência do proprietário só tem um pavimento, mas é muito grande, coberta de telhas e um pouco elevada do solo. O interior é dividido em grandes peças, que se comunicam umas com as outras e, ao mesmo tempo, se abrem para fora (SAINT-HILAIRE, 2002, p.111).

Assim como na charqueada visitada por Saint-Hilaire, podemos observar que a configuração básica do terreno contava com a casa do charqueador na área mais alta,

¹ Na tipologia de distribuição espacial da charqueada, o Logradouro Público integrava o próprio espaço da produção da carne salgada. Ali, os rebanhos eram trazidos das estâncias para serem negociados. “Em 1825, ainda em “sobras” da sesmaria, foi estabelecido o Logradouro Público, um lugar descampado, onde o gado, que vinha das estâncias, era comercializado e seguia para as fábricas de salga.” (GUTIERREZ, 2001, p.99).

² Espaço onde o gado era trazido para ser comercializado representou um avanço no processo de produção do charque, beneficiou os charqueadores e estimulou o desenvolvimento urbano a Pelotas. “Tablada era um local descampado, extenso e quase liso, para onde o gado de estâncias de vários lugares era trazido, a fim de ser comercializado com os charqueadores” (GUTIERREZ, 2001, p.186).

um espaço destinado à comercialização, outro à produção e nas zonas ribeirinhas eram lançados os dejetos na água e transportados os produtos.

Nesse trecho do diário de Saint-Hilaire, a descrição nos transmite uma ideia do quanto deveria ser desagradável o cenário charqueador na região sul:

Embora há vários meses não se abatam animais nas charqueadas, sente-se ainda, nos arredores, um cheiro bastante forte de matadouro e, por isso, pode-se fazer ideia do quanto deve ser desagradável esse odor nos tempos de matança. Nessa época, dizem que não se podia aproximar das charqueadas sem ficar logo coberto de moscas. Quando imagino essa porção de animais degolados, jorrando sangue, ossos amontoados, a prodigiosa quantidade de carne exposta nos secadouros, parece-me que esses lugares devem inspirar náuseas e horror (SAINT-HILAIRE, 2002, p.122).

Sangue, vísceras, pulmões, rins, fígados, excrementos, entre outros dejetos de seiscentos bois/dia por charqueada. Gutierrez (2006) aponta uma média entre duzentos a mil bois, ou 6,5 toneladas diárias de sangue por charqueada (seiscentos boi/dia vezes 11 litros de sangue). Esses valores podem vir a ser multiplicados pelo número de estabelecimentos existentes. Solimar Oliveira Lima diz que o cenário das charqueadas era macabro e transcreve a passagem de Gutierrez, que aponta que os vapores emanados da água e dos detritos parados dissipavam pelos ares os cheiros nauseabundos dos sangues putrefatos, dos excrementos apodrecidos, das vísceras decompostas pelo forte calor do sol e que as nuvens de fumaça, que saiam das fornalhas, exalavam o cheiro das gorduras fervidas e dos ossos carbonizados³.

Os limites naturais influenciavam na organização dos espaços, assim como as conveniências econômicas, sociais e políticas. As unidades produtivas implantadas em Pelotas tiveram um rápido crescimento econômico equivalente ao alto índice de cativos trazidos para trabalhar na região. Segundo Gutierrez (1993), em 1814, estimava-se que mais de 50% da população de Pelotas era de negros e apenas 30% de sua população era composta de brancos. Maestri (1993) também confirma a elevada concentração de escravos na cidade e, sobretudo, nas charqueadas das margens do arroio Pelotas. Em 1833, o município de Pelotas possuía 10.873 habitantes, entre eles, 5.623 eram escravos; 3.911 livres; 1137, libertos e 180 índios.

³ LIMA, Solimar Oliveira. *Triste Pampa*. Resistência e punição em fontes jurídicas do Rio Grande do Sul (1818-1833). 2.ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006.

A grande concentração de mão de obra cativa ligada diretamente às tarefas de produção da carne salgada na zona fabril charqueadora revela a dinâmica da exploração do trabalho escravo no sistema produtivo da sociedade pelotense. Se o modelo econômico charqueador dominado pela elite colonial pelotense precisava da exploração do trabalho escravo, o negro chegou à região sul para garantir a demanda e o funcionamento interno das charqueadas. A zona fabril charqueadora foi o palco da escravidão na fronteira meridional do Brasil. Nas propriedades compostas de estância, saladeiro e olaria, o plantel de escravos variava entre trinta e cento e cinquenta, o que representava uma média de oitenta e quatro cativos no espaço da produção de charque. Quase três quartos de toda força servil era especializada em alguma das tarefas ligadas diretamente ao processo de produção e no transporte da carne salgada e de seus subprodutos, entre Pelotas e o Porto de Rio Grande. Havia ainda, uma média de sete escravos marinheiros por estabelecimento. Uma média de quarenta e seis cativos dividia as tarefas de charquear no estabelecimento fabril. A presença de olarias e a inexistência de oleiros demonstraram a alternância da matança e a produção cerâmica. Entre o grupo de cativos especializados, não é encontrado nenhum índice de oleiros, mas são encontradas olarias, o que é possível imaginar que essa era uma atividade desenvolvida como uma alternativa de trabalho à mão de obra servil. Quarenta por cento trabalhava diretamente com a carne e seus derivados. Em alguns casos, o número de serventes chegou quase à metade do total daqueles que ocupavam das atividades qualificadas. Além de trabalharem diretamente na produção do charque, também foram empregados na preparação de tijolos e telhas como atividade complementar, nas épocas do ano que o gado estava magro.

Os escravos especializados no processo de manufatura da carne salgada dividiam as tarefas do abate, nas mangueiras de matança, nos bretes, nas canchas, fazendo uso de equipamentos, técnicas, guinchos, utensílios, vagonete, trilhos e cavalos ou bois com arreios para puxar o animal abatido. A matéria-prima era levada aos galpões, onde o couro era retirado, depois começava o esquartejamento, desossar, charquear e lonquear. Salgar e empilhar a carne e sal sucessivamente, era a sequência do trabalho. Das pilhas, a carne era levada para os varais ou secadores, estendidas ao dia e amontoadas à noite. Saint-Hilaire descreve os secadores de carne, da charqueada que visitou:

Diante da residência do Sr. Chaves, um belo gramado e, mais ao longe, várias fileiras compridas de grossos moirões cravados na terra. Têm cerca de quatro pés, terminando, cada um, por uma pequena forquilha. Estas forquilhas recebem varas grandes transversais para sobre elas se fazer secar a carne no tempo das charqueadas. Ao lado desses secadouros, a casa onde se salga a carne e onde está construído o reservatório, chamado tanque. Quando se abate o animal, retalha-se, salgam-se os pedaços e colocam-se, uns sobre os outros, no tanque, em que se impregnam de salmoura. No fim de vinte e quatro horas são retirados, e é, então, que se estendem sobre os secadouros, onde ficam oito dias, quando há bom tempo (SAINT-HILAIRE, 2002, p.111).

As observações relatadas por Saint-Hilaire, sobre o processo de salgação da carne, assemelham-se às descrições feitas por Gutierrez. No final, quando a carne estava seca, era arrumada em grandes cubos. Havia cativos trabalhando na fabricação da graxa e sebos e no tratamento do couro. Esse processo podia durar de quinze dias a dois meses, podendo ser comercializadas de seis a doze meses após a matança.

Figura 4 - Foto de uma charqueada na costa do arroio Pelotas, presumivelmente a de Emílio Nunes



Fonte: Viva o Charque. Disponível em: <http://www.vivaocharque.com.br/interativo/artigo21>
Acesso em 19 ago. 2014.

As charqueadas funcionavam no regime de safras; os períodos de muito trabalho aconteciam nos meses quentes de novembro a abril, quando havia muito gado gordo. No restante do ano, em que as matanças eram suspensas, os escravos cuidavam da conservação dos depósitos de charque úmido. Marques (1990) não faz referência sobre a produção de olarias na entressafra. Já Gutierrez (2006) registrou a

presença de olarias em praticamente todas as charqueadas que estudou e apontou para a utilização de escravos na construção de edificações nos meses de inverno.

O universo oitocentista das charqueadas pelotenses demonstra que este setor produtivo foi o líder de exportações gaúchas, em que milhares de cabeças de gado vindos de diversas regiões do Rio Grande do Sul foram abatidas para a produção do charque que abastecia e alimentava os escravos do sudeste e do nordeste brasileiro. Essa estrutura contribuiu para ampliar a integração do sul com o restante do Brasil. Azevedo (2012) diz que a população e a riqueza charqueadora foram organizadas sobre a destruição ininterrupta de animais e trabalhadores negros escravizados. O resultado desta estrutura também tornou Pelotas um centro fabril, onde se concentrou um grande número de escravos.

As complexas práticas e relações escravistas vividas nas charqueadas pelotenses configuraram os espaços de ressocialização do africano no mundo da escravidão gaúcha. Para integrar o africano a essa ordem social, os senhores de escravos dispunham de mecanismos que moldavam o comportamento de seus cativos. No próximo capítulo, apresentaremos as sistemáticas formas de resistência ao cativo e ao sistema escravista de produção.

5 A RESISTÊNCIA ESCRAVA NAS CHARQUEADAS PELOTENSES

A dominação pessoal, os castigos e punições vivenciados pelo trabalhador escravizado levaram a diversas formas de reação, pois os cativos jamais se acomodaram. A fuga, a resistência e a revolta foram algumas das formas de resistência contra a instituição servil, que fizeram parte desde o início do empreendimento escravista no Brasil, quando os indígenas foram escravizados no século XVI. Essas reações produzidas pelos cativos marcaram a relação estabelecida entre senhores e escravos e determinaram a forma de organização social colonial brasileira.

A condição do escravo nas charqueadas gaúchas era igual ou pior à verificada no restante do Brasil escravocrata, podemos lembrar-nos da passagem de Maestri (2002), que comparou uma charqueada a um estabelecimento penitenciário. Sobre o assunto, Fernando Henrique Cardoso⁴ disse que tal comparação é parcialmente verdadeira, pois na penitenciária o prisioneiro tem a expectativa da liberdade e, por esse motivo, procura resistir ao cotidiano da prisão na esperança da soltura. Já o escravo não encontrava a esperança de liberdade, nem mesmo se cumprisse o que lhe era imposto, por isso, não tinha motivação nem incentivo suficientemente forte que o fizesse aceitar sua situação. Bernd e Bakos (1998) apontam que o destino dos escravos das charqueadas não é muito diferente daquele dos animais ali abatidos e cita a literatura de Vitor Valpério⁵, que diz que o boi e o escravo morrem de exaustão, num mesmo cenário, sem despertar piedade das pessoas.

Essa condição tornava escravizados e senhores de escravos opositores nos processos de negociação e convivência. Sobre essa convivência, Saint-Hilaire escreve o que observou. Nas charqueadas os negros são tratados com muito rigor. “O Sr. Chaves é considerado um dos charqueadores mais humanos, no entanto ele e sua mulher só falam a seus escravos com extrema severidade, e estes parecem tremer diante dos seus patrões” (SAINT-HILAIRE, 2002, p.119). Podemos observar, na descrição de Saint-Hilaire, que esse contexto era marcado pela opressão senhorial.

⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁵ Pseudônimo de Alberto Coelho da Cunha no conto *Pai Felipe: Um episódio de charqueada*, onde faz um painel dos desvalidos filhos da escravidão nas charqueadas gaúchas e descreve as condições subumanas do trabalho nas salgas de carne. Ver mais textos e literaturas publicados, sobre o tema do negro rio-grandense, em: BERND, Z.; BAKOS, M. *O negro: consciência e trabalho*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

Como resposta à dominação, foram várias as formas de protesto e de enfrentamento geradas por parte dos escravizados, já que no Brasil escravista ocorreram as mais variadas formas de resistência cativa contra a instituição servil. Privilegiaremos, neste capítulo, o cenário gaúcho e, em especial, o cotidiano da população negra das charqueadas pelotenses, que foi desenvolvendo manifestações de resistência que iam contra a sociedade e o sistema escravista oitocentista.

5.1 A repressão senhorial

A relação entre senhor e escravo esteve baseada no controle social e violência, sendo esse um dos aspectos fundamentais da escravidão. Funcionários encarregados da vigilância, senhores e as ações dos escravos influenciaram significativamente no processo de negociação da convivência dessa relação social.

A sociedade escravista almejava um cativo que se auto concebesse como propriedade de outrem ou um negro neutralizado pelo respeito e pelo medo ao amo. Para construir esta criatura, os senhores controlavam, na medida do possível, os mais distintos aspectos da vida do cativo. O trabalho, a religião, o lazer, o treinamento, etc. dos negros eram estritamente vigiados e enquadrados pelo senhor e pela sociedade escravista que contavam, igualmente, com o poder de premiar ou castigar o cativo (MAESTRI, 1993, p.60).

A solução encontrada pelos senhores, para melhor obter a quantidade e a qualidade de mão de obra necessária era manter a repressão, a vigilância e descobrir estímulos que incentivassem a colaboração do negro escravizado. “O escravo podia até mesmo produzir mais do que um homem livre, se ameaçado pelo tronco, pelo bacalhau, pela palmatória e estreitamente vigiado pelo feito” (MAESTRI, 1993, p.54). Dessa forma, os senhores de escravos procuravam encontrar outros mecanismos coercivos e persuasivos para garantir colaboração e obter a qualidade dentro das unidades produtivas. Schwartz e Maestri compartilham do mesmo apontamento ao dizerem que a escravidão sempre foi sinônimo de chicote. A rigidez das relações escravistas pode ser observada, nas palavras de Saint-Hilaire:

Já tenho declarado que nesta capitania os negros são tratados com brandura e que os brancos com eles se familiarizam mais do que noutros lugares. Isto é verdadeiro para os escravos das estâncias, que são poucos, mas não o é para os das charqueadas que, sendo em grande número e cheios de vícios

trazidos da capital, devem ser tratados com mais rigor (SAINT-HILAIRE, 2002, p.120).

Esse quadro descrito por Saint-Hilaire nos revela a complexidade das práticas e relações escravistas vividas nas charqueadas pelotenses, que foram forjando os espaços de ressocialização do africano no mundo da escravidão gaúcha. Era necessário, portanto, um conjunto de mecanismos de persuasão e compulsão que integrassem o africano escravo à ordem social. Dessa complexa relação escravista de produção resultaram as sistemáticas formas de resistência ao cativo. E, segundo Maestri (1993), nenhuma ação senhorial conseguiu pôr fim ao profundo desamor do cativo ao trabalho. Além da dominação senhorial, os escravos enfrentavam uma desumana rotina nas charqueadas, normalmente caracterizada por uma longa jornada de atividade braçal e violência, que exigia dos escravos uma jornada de trabalho de dezesseis ou mais horas, quase sempre à noite.

Muitas vezes, sob o incentivo do “bacalhau” dos feitores – no Sul chamados de capatazes – e de pequenos goles de aguardente, o negro literalmente desfalecia de cansaço e de sono em seu posto de trabalho. Então, era transportado para a senzala ou, nos casos mais graves, para o barracão pulguento dos enfermos, eufemisticamente chamado de “hospital”. Dormiria e se recomporia um pouco até que o capataz viesse acabar com sua “malandrice” (MAESTRI, 1993, p.41).

Se o escravo era propriedade do charqueador⁶, este poderia explorar cada um a seu modo, conforme seu interesse de lucratividade. Capatazes a serviço de seu empregador não poupavam esforços para que a ordem, a disciplina e a obediência fossem garantidas. Os feitores (homens livres ou escravos privilegiados) cuidavam da produção e dirigiam os trabalhadores escravizados que precisavam ser constantemente vigiados. Maestri (1993) lembra-se da observação feita por Saint-Hilaire, que afirmou que mesmo amedrontados, os escravos trabalhavam mal e lentamente. O autor gaúcho avalia que isso não ocorre porque ele é negro, mas porque é escravizado.

Durante mais de cem anos, a elite charqueadora viveu sobressaltada com a possibilidade do ato de rebeldia – individual e coletivo – do trabalhador negro feitorizado [...] o desamor ao trabalho, a sabotagem da produção, a fuga, o

⁶ Pertence à classe dos charqueadores, fabricantes de carne-seca. Os charqueadores compram o gado dos estancieiros; mandam matá-lo e retalhá-lo; a carne é salgada e, depois de seca, vendida aos comerciantes (SAINT-HILAIRE, 2002, p.111).

aquilombamento, a insurreição, o ato de sangue contra o capataz e o senhor fizeram parte de um cotidiano pelotense que apenas começa ser conhecido e estudado (MAESTRI, 1993, p.42-43).

Para evitar as possíveis agitações de escravos, temidas pela elite senhorial e acima descritas por Maestri, os donos de escravos dispunham de mecanismos socializadores com os quais pretendiam moldar e coagir o comportamento de seus escravos. Entre os mecanismos punitivos que garantiam o funcionamento das unidades produtivas escravistas, usados para corrigir faltas graves, estava o chicote, o tronco e a máscara de ferro. Dessa forma, a ação de senhores e o arsenal de oposição criado pelos escravos para resistir a essa dominação influenciaram significativamente o processo de negociação e convivência dessa sociedade.

5.2 Quilombo: unidade básica de resistência

Para Moura (2006), o quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, era possível encontrar um quilombo, assinalando desgaste do regime servil. Bernd e Bakos (1998) escrevem sobre o conceito dado pelo Rei de Portugal, em 1740, como resposta ao Conselho Ultramarino, que definiu quilombo como sendo toda habitação de negros fugidos com mais de cinco indivíduos, em região despovoada, ainda que não tenham rancho levantado nem se achem pilões nela. As autoras citam Clóvis Moura que estudou a resistência do escravo negro no Brasil, lembrando que, segundo ele, se essa descrição fosse aceita, o país teria se convertido praticamente em um conjunto de quilombos uns maiores outros menores, mas todos significativos para nossa história social.

Essas comunidades de escravos fugidos foram a mais segura maneira de um negro libertar-se da escravidão. Os cativos fugiam das plantações, fazendas e ou charqueadas para se estabelecer em um local de difícil acesso ou afastado.

Alguns, bem organizados, ofereciam resistência. Nesses espaços, o negro plantava, construía casa, reorganizando a sua vida social. Funcionava como uma comunidade de produtores independentes, usavam ferramenta roubada ou improvisada com instrumento de pedra, madeira ou ossos. Podiam complementar sua necessidade com a caça, a pesca, a coleta, o saque e ou realizar intercâmbio com a sociedade.

Sua organização se fez conforme as instituições tribais que os negros traziam da África. A hierarquia que se estabelecia nos quilombos refletia um novo sistema de valores que funcionava dentro dos padrões de controle dos próprios aquilombados. Os quilombos proliferaram inicialmente como forma fundamental de resistência. Muitos quilombos surgiram, em todas as regiões brasileiras que empregaram o sistema escravista, ocupando as áreas de matas, foram temidos pela elite senhorial, pois atacavam e saqueavam fazendas, matavam feitores e capatazes o que provocava tumultos constantes e lutas. Moura (2006) lembra que dos movimentos dos cativos contra a escravidão, Palmares é o mais conhecido e estudado. Foi o que mais tempo durou e o que ocupou maior área territorial e que maior trabalho deu às autoridades para ser exterminado.

O quilombo representava uma ameaça à ordem civil, pois representava uma significativa forma de luta social contra a escravidão. Nas imediações de Pelotas, era difícil encontrar esconderijo, pois as regiões vizinhas à cidade são planas e sem acidente geográficos importantes. Na região sul, também ocorreram algumas concentrações de negros fugidos, foram quilombos pequenos, formados por pequenas dezenas ou um pouco mais, que se formaram em serras despovoadas, em florestas agrestes, em ilhas isoladas, no meio de banhados ou nas proximidades das cidades. São muitas as indicações deixadas pelos quilombos sulinos, porém, não temos registros arqueológicos dessas comunidades. Não temos registro de quilombos de vulto nessa região, pois no sul o escravo tinha uma maneira mais segura de libertar-se, buscando abrigo na fronteira. Os primeiros quilombos da província gaúcha ocorreram possivelmente do início da ocupação lusitana, na primeira metade do século XVI, e continuaram ocorrendo até o século XIX. Sobre os quilombos que existiram no Rio grande do Sul e que existem informações, Bernd e Bakos (1998) apontam: o quilombo do negro Lucas, na Ilha dos Marinheiros, em Rio Grande, em 1833; o quilombo de Pelotas, em 1848; e o de Barba negra, em 1829. Todos os quilombos apontados encontravam-se nas localidades consideradas entre as cinco maiores concentradoras de escravos negros na região. Diversos quilombos se localizaram nas proximidades de Pelotas.

5.3 Outras formas de resistência à instituição servil

Se os quilombos eram ocupações fixas, a guerrilha era totalmente móvel e por isto pouco numerosa, apareceu em diversos locais nos quais os quilombos ocorriam. Conforme Moura (2006), os componentes da guerrilha também eram sentinelas avançadas dos quilombos e atacavam as estradas para roubar mantimentos e objetos que os quilombos não produziam, confrontando com as tropas legais, os capitães-domato e os moradores das vizinhanças.

O desinteresse do trabalhador escravizado pelo trabalho ou a oposição ao trabalho pode ser compreendido, segundo Maestri (1993), pois o escravo não recebia remuneração pelo seu esforço, em troca, só recebia o mínimo para sobreviver. Desprezava o trabalho e não controlava a duração da jornada em que era empregado, acordavam cedo, trabalhavam de dia e muitas vezes cumpriam algumas horas noturnas, pois o interesse do senhor era consumir o mais rápido possível o cativo na produção. Marques (1990) nos diz que o negro durava, no período colonial, entre sete e quinze anos. Diante desse quadro, o escravo procurava proteger sua sobrevivência biológica diminuindo ao máximo a intensidade do trabalho, o que Maestri (1993) caracteriza como “corpo mole” e ou desamor ao trabalho. A sabotagem dos instrumentos e das instalações produtivas, a encenação de uma enfermidade e ainda provocar um ferimento em si podiam servir para interromper, mesmo que momentaneamente, um trabalho cansativo. Para evitar esse comportamento, os senhores mantinham inúmeros capatazes encarregados de vigiar constantemente o trabalho.

Quanto aos suicídios, Maestri (1993) afirma que foram poucos, entretanto, o ato extremo contra a própria vida revela as condições gerais de existência servil. Vários motivos poderiam levar o escravo a essa opção definitiva, poderiam cometer o suicídio por medo de alguma repressão senhorial, por ter atentado contra seu senhor ou por não receber a alforria. O suicídio poderia demonstrar a severidade com que estava sendo tratado por seu senhor e poderia estimular outro escravo que também estivesse descontente de sua situação e buscasse uma libertação dessa vida de opressão. Poderiam suicidar-se porque não queriam mais servir ao seu senhor, ou ainda, crenças africanas e religiosas podiam influenciá-los. Para o senhor, era um prejuízo, pois perdia o valor representado pelo escravo.

Não existe um levantamento estatístico específico sobre o suicídio escravo no Brasil. Nos jornais, esse ato era anunciado como resultado de um acidente ou enfermidade, pois na Colônia e no Império não aceitavam o suicídio. Nos papéis judiciários, principalmente do Império, encontram-se referências sobre o autocídio de escravos, pois a lei determinava o exame de corpo de delito.

O escravo era uma mercadoria do senhor que não queria perder sua propriedade. Vigiado constantemente, a rotina do trabalhador negro dependia da vontade do seu senhor, que exigia trabalho, respeito e submissão. O bom funcionamento do sistema escravista tornava a tortura do negro um direito e um dever privado dos senhores, regulamentado pelo Estado e Igreja, que procuravam controlar o excesso dos senhores contra seus escravos. “Porém, sequer o medo à morte ou ao martírio detiveram o braço do cativo em cólera” (MAESTRI, 1993, p.61). O escravo reagia violentamente às condições de vida e de trabalho que lhe eram impostas. A rebeldia, o ato individual de sangue contra o senhor, sua família e seus capatazes são exemplos de atentado contra seu senhor que era punido com pena de morte ou condenação a mil ou mais chibatadas, que poderiam ser pior que a própria morte.

O interesse dos historiadores sobre os atentados de escravos contra seus senhores é recente para os casos da região sul. Os relatos e falas dos presidentes da província, a documentação policial e judiciária e os jornais do Império são relativamente longos no registro de tais fatos. Maestri (1993) apresenta o pioneiro levantamento realizado pelo historiador Sérgio da Costa Franco, que analisou os processos referentes à Junta Criminal, que funcionou de 1818 a 1831, em Porto Alegre, com alçada sobre a capitania. Dos 155 processos referentes a cativos analisados, 87 tratavam de homicídio, 27 na pessoa do amo ou de seus familiares e oito na de capatazes. Dos acusados, 56 eram crioulos, 55 africanos e 4 de nacionalidade indeterminada. Entre eles, apenas 12 eram mulheres, sendo que nenhum foi condenado à morte. Esses números denunciam um clima de tensão social para o período.

A maneira mais simples, segura e rápida de um cativo libertar-se do trabalho servil era a fuga. O destino podia variar conforme a época, a região e a conjuntura política. Podiam abrigar-se nas matas e serras, em quilombos, ou misturarem-se entre a população livre nos centros urbanos. No Rio Grande do Sul, os escravos encontravam nas terras de além fronteiras um território mais seguro, lá eram considerados homens livres. Isso distinguia o sul, das outras regiões brasileiras, e

possivelmente diminuiu a ocorrência e a importância de outras formas de resistência servil na região. Os anúncios de jornal publicavam a fuga dos cativos com destino à fronteira. Os donos de escravo tinham prejuízo com a fuga de seus escravos. Os negros fugidos custavam menos e quando capturados eram duramente castigados. Mesmo com a vigilância e os duros castigos, o escravo fugia significativamente, muito mais do que se pensa. Bernd e Bakos (1998) deduzem que em 1773 o negro escravizado já se rebelava no Rio grande do Sul, fugiam e formavam quilombos. Ao ler os Códigos de Postura dos Municípios gaúchos, verificaram que desde 1829 era rotina nomear capitães-do-mato, o que demonstra a necessidade de buscar negros refugiados em quilombos e revela os aspectos da resistência.

Durante a escravidão, o negro transformou sua religião e todas as suas manifestações culturais em uma cultura de resistência social, servindo como manifestação de resistência com a função de resguardo contra a cultura dos senhores. Moura (1992) explica que aquele que não pode atacar frontalmente, procura formas simbólicas ou alternativas para oferecer resistência contra as formas mais poderosas. Dessa forma, a população africana procurou formas sutis de camuflar seus desuses, estratégias de preservação dos seus valores dentro do contexto social da escravidão contra a imposição da religião católica.

A coroa de Castela também assumiu o controle da vida da Igreja concedendo o direito legítimo para o trabalho de evangelização católica na colônia portuguesa e em troca eram obrigados a prover apenas a conversão dos habitantes e proteger e manter a Igreja militante nas terras além-mar.

Desde o século XVII, várias campanhas foram executadas, na tentativa de acabar com os cultos pagãos que influenciavam a vida dos nativos. No plano religioso, a escravidão supunha a conversão dos africanos ao cristianismo, e o primeiro passo nesse sentido era dado pelo batismo, feito nos portos africanos ou nos portos coloniais de desembarque dos “negreiros”. Os africanos recebiam, então, um nome cristão normalmente confundido com a sua etnia de origem ou, mais frequentemente, com o porto de embarque na África.

Pregações contra a idolatria foram realizadas nos povoados, métodos inquisitórios foram usados para destruir os símbolos e práticas pagãs. “[...] somente os escravos e desclassificados, gente que, além de violentada no cotidiano, foi ainda indiciada pelo Santo Ofício como inimiga da Igreja” (VAINFAS, 1989, p.236). Como

religião única e oficial, a Igreja Católica não permitia posições contrárias à sua doutrina e aqueles que contrariassem as decisões da Igreja eram perseguidos e punidos.

O sincretismo religioso foi, portanto, difícil na colônia, embora presente em diversas situações, desde o calendário ao culto, do ritual à magia. Mas a adoração dos santos é bem ilustrativa dos limites que cercearam o sincretismo propriamente dito pois, à falta de uma simbiose profunda entre a religiosidade cristã e a “africana”, impôs-se a mera justaposição dos ícones católicos aos orixás cultuados pelos escravos. A “conservação” das religiões africanas significou de fato uma forma de resistência do escravo às imposições da escravidão, mas seria útil refletir sobre o papel que a tolerância senhorial desempenhou neste processo (VAINFAS, 1986, p. 41).

Através do sincretismo religioso, a Igreja Católica procurou penetrar e desarticular o mundo religioso do africano escravizado. Sincretismo de uma só via, pois não havia como fugir da religião oficial, que usou a catequese e o batizado como trabalho de cristianização, que pretendia eliminar a religião africana, considerada exótica, rústica, folclórica e perigosa. A elite colonial empenhou-se em mostrar que as religiões africanas eram inferiores, a mesma coisa foi feita com seus instrumentos musicais, dança, indumentária e cozinha.

Diante desse contexto, os escravos resistiram com as armas que dispunham sua cultura, muitas vezes assumiu um papel simbólico, outras vezes foi veículo de valores de luta na sociedade escravista. As reações manifestadas pelos escravos em oposição à instituição servil determinaram a sociedade escravista sulina e brasileira. Muitas foram as formas de superação, algumas vezes quase imperceptíveis, mas que fizeram parte do cotidiano escravista e ocorreram com uma frequência muito superior à assinalada tradicionalmente. Os suicídios, fugas individuais ou coletivas, até a formação de quilombos, as guerrilhas, as insurreições entre outros desajustes que refletiam os desarranjos produzidos nessa sociedade polarizada.

CONCLUSÃO

Ao final dessa pesquisa, compreendemos que os desdobramentos históricos e as características geográficas marcaram profundamente a ocupação e a formação social da região sul do Brasil oitocentista. A organização da exploração do trabalho escravo no sistema produtivo da sociedade gaúcha pode ser observada pela grande concentração de mão de obra cativa ligada diretamente às tarefas de produção da carne salgada na zona fabril charqueadora. O modelo econômico charqueador colonial pelotense utilizou a mão de obra do negro escravizado, trazido para a região sul, garantindo o funcionamento interno das unidades produtivas de charque. Nessas propriedades, a quantidade de escravos variava entre trinta e cento e cinquenta, o que representava uma média de oitenta e quatro cativos no espaço da produção de charque. Quase três quartos de toda força servil era especializada em alguma das tarefas ligadas diretamente ao processo de produção e no transporte da carne salgada e de seus subprodutos.

A produção das charqueadas pelotenses contribuiu para integração do sul com o restante do Brasil colonial. O resultado desta estrutura também tornou Pelotas um centro fabril, onde se concentrou um grande número de escravos. O contexto escravista gaúcho e o conjunto de relações que regularam o comportamento social nas unidades produtivas charqueadoras oitocentista foram profundamente influenciados pela forma de convívio entre senhores de escravos e negros escravizados. A dinâmica da exploração do trabalho cativo no sistema produtivo da zona fabril charqueadora pelotense contou com grande concentração de cativos empregados diretamente na manufatura da carne salgada.

Através deste trabalho, que abordou o papel do negro na formação da sociedade escravista brasileira e rio-grandense, foi possível vislumbrar a não conformidade do negro com sua condição. O escravo, coagido pelo sistema escravista, reagia; mesmo não sendo manifestações violentas, esses indivíduos desenvolveram um repertório, sobretudo mental, para diminuir seus impactos.

A disciplina e a vigilância fizeram parte do escravismo, mecanismos com os quais os senhores procuravam aumentar a produção e os lucros, explorando a duração e o ritmo do trabalho escravo, além do humanamente suportável. Ao observarmos o cotidiano, as tensões, os conflitos, as formas de sociabilidades, os protestos, as lutas e as relações sociais complexas que envolveram senhores e

escravizados, conseguimos compreender o significado da cultura de resistência, na qual a oposição ao trabalho feitoriza se manifesta, sob o aspecto de oposição ao próprio trabalho. A resistência cativa contra a instituição servil deve ser compreendida como um conjunto elaborado e manifestado pelos escravizados na construção das suas visões de liberdade e na reinvenção de estratégias contra a opressão, em que a oposição ao próprio trabalho aparece como uma das formas de manifestação da humanidade do escravo à coisificação. O escravo exterioriza sua revolta ao acomodar-se diante do trabalho, o que é mal visto pelo seu senhor.

O escravo real só conquistava a consciência de si mesmo como ser humano ao repelir o trabalho, o que constituía sua manifestação mais espontânea de repulsa ao senhor e ao estado de escravidão. O negro escravizado resistia ao domínio senhorial, fazendo corpo mole para o trabalho, fugindo, desobedecendo aos seus senhores, infringindo leis municipais, entre outros atos de resistência que eram considerados atos criminoso por parte das autoridades coloniais.

O conjunto das manifestações elaboradas pelos cativos contra a instituição servil compreendeu as lutas, reivindicações e negociações que orientaram as complexas relações entre senhores de escravos e escravizados compondo a atmosfera de convívio da sociedade colonial, em que a escravidão tornou-se o sistema apropriado pelos senhores de escravos, que podiam combinar força e incentivos como desejassem, conforme os costumes locais e ou conforme a situação econômica regional.

Na tentativa de modificar sua condição dentro desse sistema produtivo, o escravo gaúcho manifestou-se, elaborando formas de resistência. Entre elas, o desamor ao trabalho, o suicídio, a fuga, o justicamento, o roubo, o quilombo, as rebeliões e as insurreições fizeram parte dos movimentos de resistência cotidianos do negro.

Mario Maestri lembra que a tese sobre a doçura da escravidão colonial, rural e urbana, defendida no passado, entre outros por Gilberto Freyre, foi renovada e criticada por Jacob Gorender. Em oposição às interpretações de Freyre, a atualização historiográfica aponta para um quadro de tensões e de constante repressão por parte dos senhores e autoridades municipais com relação aos escravos. Também a historiografia tradicional rio-grandense, por muito tempo, negou a importância do trabalho escravo na região sul, ignorando a presença de trabalhadores escravizados.

Atualmente encontramos autores como Mario Maestri, Mario Maestri Filho, Ester Gutierrez que nos informam da forte presença do escravo no sul, além das suas lutas pela emancipação e liberdade sob a dominação senhorial. O estudo do universo colonial e o cotidiano dos escravos nos permitiu investigar a escravidão e o processo de luta e negociação que orientavam as relações sociais, pois a escravidão exigiu que suas vítimas criassem mecanismos cotidianos para sobreviver e reagir contra essa instituição servil. A grande concentração de escravos negros e a violência com que eram tratados nas charqueadas provocavam descontentamento que resultaram em alguma forma de resistência escrava. A reação escrava sempre foi uma das grandes preocupações dos senhores charqueadores, pela ameaça às charqueadas e a toda instituição servil. As relações entre os senhores e os escravos negros foram extremamente violentas; nas charqueadas, os senhores de escravo exploravam ao máximo seus negros e os cativos reagiam a esse tratamento e ao escravismo trabalhando mal, sabotando a produção, fugindo, suicidando-se, rebelando-se, aquilombando-se.

Os escravos respondiam com manifestações de rebeldia e crime, buscavam impor limites à exploração do trabalho e pressionavam os senhores, da forma com que podiam resistir. Resistência e negociação foram momentos distintos que marcaram a legitimação do escravismo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Colaboração de Rodrigo Lacerda. 4.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

BAKOS, Marchiori Margaret. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARROS, José D' Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BERND, Z.; BAKOS, M. *O negro: consciência e trabalho*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul*, v.2, Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

BRITO, Ênio José da Costa; MALANDRINO, Ênio José da Costa. História e Escravidão: Cultura e Religiosidade Negras no Brasil. Um Levantamento Bibliográfico. *Revista de Estudos da Religião*, dez. 2007, pp.112-178. ISSN 1677-1222. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv4_2007/i_brito.pdf> Acesso em 23 abr. 2014, 14h05min.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs). *Domínios da História: ensaios de teorias e metodologia*. 16.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. O Trabalho na Colônia. In: LINHARES (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion (coord.); REDE, Marcelo; ARAUJO, Sônia Regina Rebel de. *Escravidão Antiga e Moderna*. Tempo, v.3, n.6, dez. 1998. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-1.pdf>. Acesso em 23 abr. 2014, 17h10min.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, André Luíz Souza de. A resistência negra nos livros didáticos. In: *IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. ISSN 1982-3657. Disponível em: <http://educonufs.com.br/ivcoloquio/cdcoloquio/eixo_01/E1-07.pdf>. Acesso em 04 mar. 2014, 22h23min.

CONSCIÊNCIA NEGRA. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/reportagens/ConscienciaNegra/destruicaodepalmares.asp>>. Acesso em 11 maio 2014, 07h04min.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/resistencia/>>. Acesso em 11 maio 2014, 08h53min.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/resist%C3%A2ncia>>. Acesso em 13 set. 2014, 07h12min.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila C. *A Economia Colonial Brasileira (século XVI-XIX)*. São Paulo: Atual, 1998.

GOMES, Fabricio Romani; MAGALÃES, Magna Lima. Futebol e identidade negra: Sport Club Cruzeiro do Sul e Sport Club Gaúcho. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos (Orgs.). *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1988.

GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabaldes*, ano 1, n.91, maio/ago. 1988. (tradução).

GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GUTIERREZ, Ester J. B. Sítio Charqueador Pelotense. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul, v.2 / Império*. Passo Fundo: Mérito, 2006.

_____. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2.ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

KUHN, Fábio. Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

LIMA, Solimar Oliveira. *Triste Pampa. Resistência e punição em fontes jurídicas do Rio Grande do Sul (1818-1833)*. 2.ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006.

LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MACHADO, Maria Clara. *Lei obriga ensino de história e cultura afro*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?id=9403&option=com_content&task=view>. Acesso em 23 abr. 2014, 13h42min.

MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1984.

MAESTRI, Mário. *A Servidão Negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. *Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS*. Passo Fundo: UPF, 2002.

_____. *O Escravo Gaúcho. Resistência e Trabalho*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 1993.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Evolução das Charqueadas Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

MARTINS, Marcos Lobato. *História Regional*. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justicando o cativo: a cultura de resistência escrava. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul, v.2 / Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

MOURA, Clovis. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SAINT-HILAIRE; Auguste de. Traduzido por Adroaldo Mesquita da Costa. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

_____. Inquisição, Moralidades e Sociedade Colonial. In: *Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. *Os Protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. *Ideologia e escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

ZARTH, Paulo Afonso. A Estrutura Agrária. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul, v.2/ Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006.